multiner

Relatório de Administração 2020

multiner.com.br

SOBRE O RELATÓRIO

A Multiner S.A. (a "Multiner" ou "Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as respectivas informações contábeis acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (o "Período 4º ITR").

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas conforme o Comitê de Pronunciamento Técnico (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IABS), de acordo com o requerido pela Instrução CVM nº 457 de 13 de julho de 2007.

Exceto onde indicado o contrário, as informações são apresentadas em bases consolidadas, em milhares de Reais ("R$") e incluem as controladas diretas e indiretas da Companhia e suas respectivas filiais, se for o caso.

Em atendimento à regulamentação aplicável e às melhores práticas de governança corporativa, a Companhia disponibiliza as informações através da área de Relações com Investidores, pelo e-mail (ri@multiner.com.br), no site corporativo (www.multiner.com.br) e por relatórios trimestrais e anuais enviados para a Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") disponíveis no site www.cvm.gov.br.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A Diretoria, na constante busca de melhoria, vem aprimorando seus controles e melhorando os sistemas de gestão operacional e administrativo, implantando softwares e hardwares que possibilitam maior confiabilidade nos registros e processos contábeis, fiscais e financeiros.

A Companhia visa a total transparência e segurança das informações. Nesse sentido, há forte atuação na gestão de Compliance, evidenciado pelo Código de Ética, auditorias periódicas, canal de denúncia, relatórios de controles internos, normas e políticas, dentre outros.

Em 2020 foi realizado o projeto de implantação do sistema de gestão de qualidade, envolvendo todos os processos de trabalho da Companhia, que permeia por todas as áreas, desde o operacional até a contabilização dos resultados. Desta forma, fica explícito em regulamentos, procedimentos e registros, o seguinte: O que, Quando e Quem deve realizar cada atividade.

Desde o início do período de quarentena ocasionado pela pandemia do COVID-19, foi constituído o Comitê de Gestão de Crises, formado pela Diretoria e por gestores. Tal Comitê desenvolveu planos de contingências visando a segurança e saúde e o bem-estar dos trabalhadores, em estrito atendimento aos protocolos estabelecidos pela OMS (Organização Mundial da Saúde) e pelas autoridades brasileiras.

Adicionalmente, a Companhia implementou, em outubro de 2020, o Plano de Retomada Consciente das atividades presenciais, com responsabilidade na segurança e atendimento às orientações e determinações dos órgãos locais competentes, para os colaboradores que se encontravam exclusivamente na modalidade de teletrabalho.

Algumas ações externas também foram realizadas junto aos fornecedores e credores, como por exemplo a postergação de alguns pagamentos, que geraram 15 ações para retenção de caixa, o que ajudou a mitigar os possíveis efeitos econômicos do COVID-19 na Companhia.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Estas ações implantadas resultaram na economia de aproximadamente R$ 386 mil e postergação de R$ 44,0 milhões entre os meses de maio a dezembro de 2020 referente às parcelas de principal e juros do financiamento do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”). Os pagamentos serão retomados a partir de janeiro de 2021.

No que diz respeito à operação Rio Amazonas Energia S.A. (“RAESA”) foi mantido um ótimo desempenho operacional durante o ano, chegando à disponibilidade média de 99,9%. Mesmo com o projeto de conversão e manutenções corretivas e programadas, ao longo de 2020 sua geração líquida se manteve conforme obrigação contratual, sendo de 64,9 MW médios. Já a New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”) gerou 37,5 MW médios não sendo possível atingir a obrigação contratual de 43,6 MW médios, acarretando uma glosa de R$ 32,8 milhões, perda esta em função da oscilação dos ventos na região nordeste do país. Apesar do impacto no fluxo de caixa de 2021 a usina conseguirá arcar com 100% de suas despesas operacionais e financeiras.

A receita líquida acumulada de janeiro a dezembro de 2020 foi de R$ 247,9 milhões, superior em 6% comparado ao mesmo período do ano anterior. O EBITDA ajustado* acumulado até 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 179,9 milhões, apresentando elevação de 15%. Nosso fluxo de caixa operacional se manteve positivo, principalmente em função das boas práticas de gestão realizadas pela Diretoria, superando e melhorando a performance operacional em RAESA e NEO.

Um dos principais desafios da Diretoria atual são as renegociações das dívidas. Em NEO, os contratos encontram-se adimplentes e seguindo a curva de amortização dos contratos vigentes. Em RAESA, os contratos das dívidas com a Fundação Celos estão adimplentes, conforme curva de contrato vigente. Existem dois outros credores da RAESA, as Fundações Prece e Postalis, que encontram-se adimplentes em virtude da assinatura de um “stand still” que está vigente e estão sendo pagas mensalmente. A Diretoria continua em tratativas para renegociar as dívidas de RAESA, sendo que ainda não foi possível concluir um acordo entre as partes. O plano de reestruturação foi apresentado aos credores, discutido amplamente e atualmente as Fundações estão analisando as propostas enviadas.

*EBITDA ajustado = EBITDA - Amortização do Leasing

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Estrutura de Governança

A Administração da Companhia é exercida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria. O Conselho de Administração é composto por cinco membros, com mandatos de um ano e a Diretoria, por até cinco membros, com mandatos de dois anos, tendo atualmente 2 diretores em exercício. Adicionalmente, a Companhia mantém um Conselho Fiscal permanente, composto por cinco membros, com mandatos de um ano. Há outros comitês, como de Ética. Para conhecer as competências e os currículos dos Conselheiros e Diretores Executivos da Companhia, consulte o site www.multiner.com.br, na seção Relações com Investidores.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia, conforme previsto no seu Estatuto Social, reúne-se ordinariamente a cada três meses, em dia que vier a ser definido pelo próprio Conselho de Administração e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou Vice-Presidente ou por, no mínimo, dois de seus Conselheiros. No ano de 2020, devido aos desafios da Administração, foram realizadas reuniões em todos os meses do ano. Em dezembro de 2019 foi aprovado um calendário para o ano de 2020 com uma agenda temática, a qual foi seguida pelos Conselheiros, com certas inclusões necessárias. No ano de 2020, o Conselho de Administração sofreu uma alteração devido a renúncia do Sr. Fernando Chein Muniz ao cargo de Presidente do Conselho e a eleição do Sr. Edésio Alves Nunes Filho para preencher o cargo vago. Assim, o quadro de Conselheiros ao final de 2020 encontra-se composto pelos seguintes membros: (a) Sr. Edésio Alves Nunes Filho, eleito membro titular na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 15 de dezembro de 2020, e nomeado Presidente do Conselho de Administração em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2020; (b) Sra. Chiara Sonego Bolognesi Gargano, reeleita membro titular na Assembleia Geral Ordinária realizada em 09 de junho de 2020 (“AGO 2020”); (c) Sr. Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno, reeleito membro titular na AGO 2020, e reeleito Vice-Presidente do Conselho de Administração na Reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de agosto de 2020; (d) Sr. Carlos Eduardo Lessa Brandão, reeleito membro titular na AGO 2020; e respectivo membro suplente Carlos Alberto Ercolin, reeleito na AGO 2020; e (e) Sr. Eduardo Moniz de Carvalho e Miranda, reeleito membro titular na AGO 2020.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Havendo vacância do membro titular, o suplente, se houver, ocupará a posição até a primeira Assembleia Geral. O eleito irá preencher o cargo até que se finde o prazo do Conselheiro substituído.

Diretoria

O quadro da Diretoria também sofreu ajustes com a renuncia do Sr. Edésio Alves Nunes Filho, em dezembro de 2020 ficou composto da seguinte forma: (i) o Sr. Ronan Nogueira Dias, Diretor Presidente eleito na Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2020; (ii) o Sr. Emiliano F. Stipanicic Spyer, Diretor de Relações com Investidores com atribuições jurídicas reeleito na Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de maio de 2019. Em 13 de janeiro de 2021, o Sr. Juraj Vajda apresentou renúncia ao cargo de Diretor Financeiro da Companhia. Assim, a Companhia prospectou no mercado a contratação de um novo Diretor Financeiro. Em seguida, o Sr. André Tavares Paradizi foi eleito em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, como o novo Diretor Financeiro da Companhia, o qual tomou posse do seu cargo em 18 de março de 2021.

Conselho Fiscal

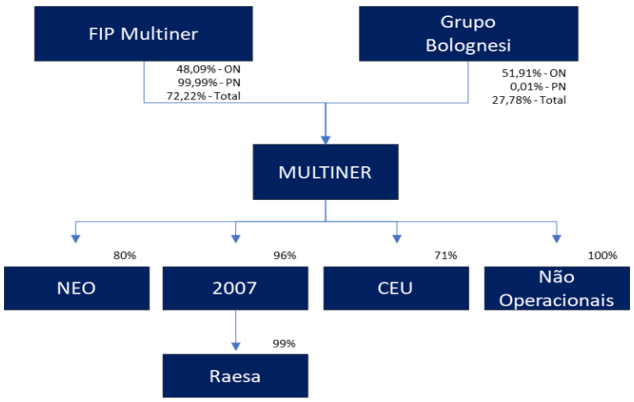
O Conselho Fiscal da Companhia tem funcionamento permanente e seus Conselheiros são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. Em dezembro de 2020, o Conselho Fiscal estava composto por 5 membros titulares e 1 suplente, quais sejam: (i) o Sr. Eduardo Georges Chehab; (ii) a Sra. Claudia Almeida Santos; (iii) o Sr. Geraldo Ferreira dos Santos; (iv) Fábio Antônio Pereira, todos os quais foram reeleitos na AGO 2020; e (v) o Sr. Luiz Felipe Dutra de Sousa, eleitos na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 09 de outubro de 2020. Este Conselho tem como competência fiscalizar os atos da Administração da Companhia e verificar o cumprimento de seus deveres legais e estatutários.

Estrutura Acionária

A estrutura acionária da Companhia, de forma consolidada, é formada por (i) 72,22% de ações detidas pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Polo Capital e administrado pela Planner Corretora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado por entidades fechadas de previdência complementar (o “FIP Multiner”), (ii) 9,38% de ações detidas pela Brasilterm Energia S.A. e (iii) 18,40% de ações detidas pela Bolognesi Energia S.A. (em conjunto com a Brasilterm Energia S.A., o “Grupo Bolognesi”).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Estas são divididas em ações ordinárias e preferenciais da seguinte forma: (i) Ações Ordinárias: 17,53% detidas pela Brasilterm Energia S.A., 34,38% detido pela Bolognesi Energia S.A, 48,09% detido pelo FIP Multiner; e (ii) Ações Preferenciais: 99,99% detidas pelo FIP Multiner e 0,01% detidas pela Bolognesi Energia S.A.

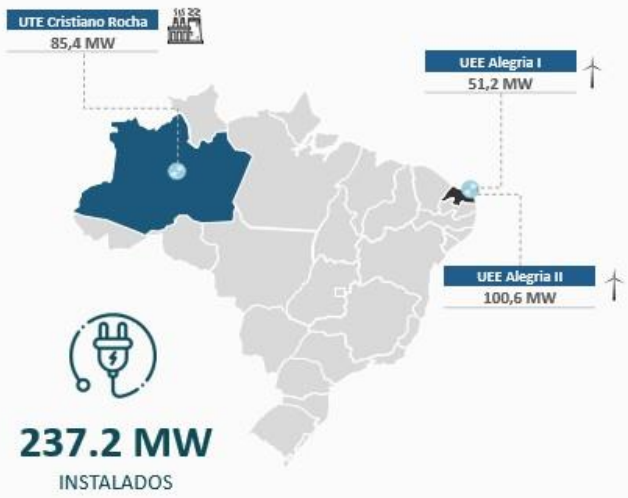


Compliance

Ao longo do ano de 2020, reforçamos nossos controles internos para identificar e mitigar possíveis fragilidades na Companhia. Revisamos o Código de Ética e apresentamos novas versões, tanto em vídeo quanto em formato lúdico. Estruturamos a implantação de um Sistema de Gestão Integrada (SGI) baseado nas normas ISO 9001 (Sistema de Gestão da Qualidade), ISO 14001 (Sistema de Gestão do Meio Ambiente) e ISO 31000 (Sistema de Gestão de Riscos). A implantação desse sistema, realizado com o apoio de consultoria especializada, terá como resultados a produção de Políticas, Procedimentos e Instruções de Trabalho para toda a Companhia, bem como a implantação de indicadores de gestão, processo de gestão de mudanças, gestão à vista, gestão de riscos e PDCA. O programa de Compliance da Companhia está alicerçado nas melhores práticas de mercado observando os requisitos da ISO 19.600 (Sistema de Gestão de Compliance), ISO 37.001 (Sistema de Gestão Antissuborno) e Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção). A estrutura do Programa de Compliance da Companhia é composta das seguintes linhas estratégicas: Avaliação de Riscos, Estruturação de Papéis e Responsabilidades, Código de Ética, Elaboração de Políticas e Procedimentos de Gestão de Controles Internos e Gestão de Canal de Denúncias, o qual foi implantado em 2017 e desde então foi formado um comitê interno, "Comitê de Ética e Compliance", de caráter permanente e auxiliar à Diretoria Executiva da Companhia. A Multiner é membro do IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e participa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Corporativos e da Comissão Jurídica, por meio do Diretor de RI.

PERFIL DA COMPANHIA

Usina	Portfólio		
	UEE Alegria I	UEE Alegria II	UTE Cristiano Rocha
Capacidade Instalada (MW)	51.15	100.65	85.4
Matriz de Geração	Eólica	Eólica	Termelétrica
Localização	Guamaré / RN	Guamaré / RN	Manaus/ AM
Participação Multiner	80%	80%	99.9%
Fabricante	Vestas	Vestas	Wärtsilä
Contrato	Eletrobrás	Eletrobrás	Amazonas GT
Início de Operação	Dez/2010	Dez/2011	Jul/2006
Prazo de Concessão	20 anos	20 anos	20 anos



A Companhia possui três ativos em operação, com 237,18 MW de capacidade total instalada, distribuídas em geração termelétrica e eólica.

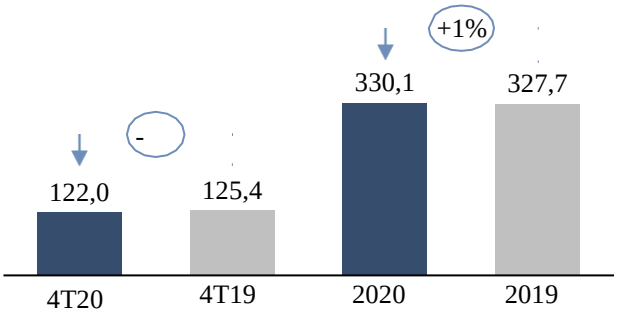
A termelétrica RAESA conhecida por (UTE Cristiano Rocha) localizada na cidade de Manaus/AM e com capacidade total instalada de 85,38 MW, e teve início em operação em maio de 2005. A RAESA possui contrato de exclusividade no fornecimento de energia para Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A., com vigência até 2025. A usina é composta por cinco conjuntos moto-geradores Wärtsilä 18V46-GD, com capacidade unitária de 17,076 MW. Utiliza gás natural como combustível principal e óleo combustível pesado como secundário. Atualmente está em processo de conversão dos motores para ser exclusivamente a gás natural.

A Eólica NEO possui dois parques eólicos Alegria I e II, tem capacidade total instalada de 151,80 MW e está localizada na cidade de Guamaré/RN. Está em operação comercial desde dezembro de 2010 (Alegria I) e dezembro de 2011 (Alegria II). O complexo Alegria está inserido no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (“PROINFA”) e possui contratos de compra e venda de energia (Power Purchase Agreements - PPAs), com vigência até 2030 com a Eletrobrás.

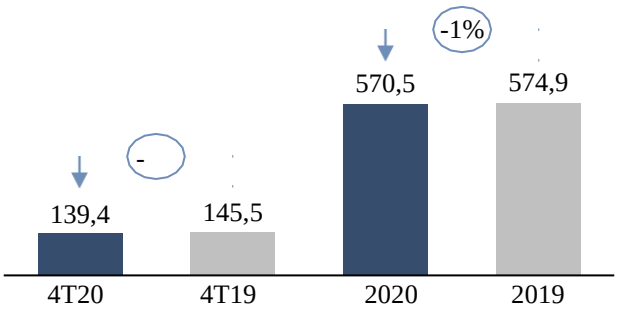
DESTAQUES

Abaixo destacam-se alguns indicadores da Companhia, expressos através de gráficos, com comparativos trimestrais e anuais.

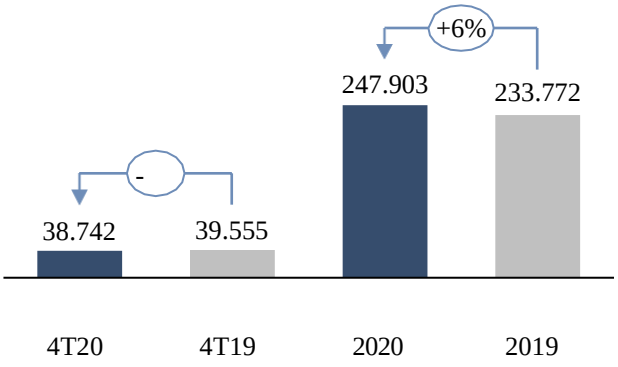
Energia Líquida Gerada (GWh) Complexo Eólico Alegria - NEO



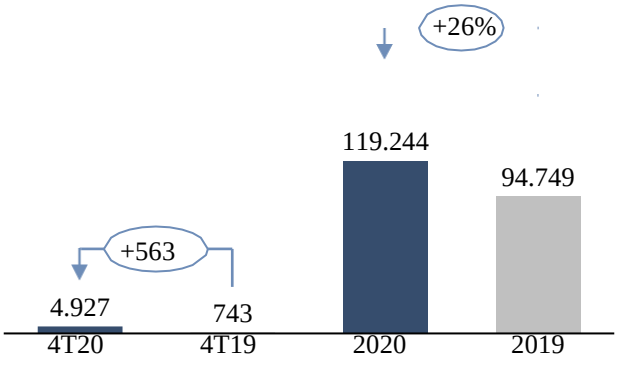
Energia Líquida Gerada (GWh) Termelétrica - RAESA



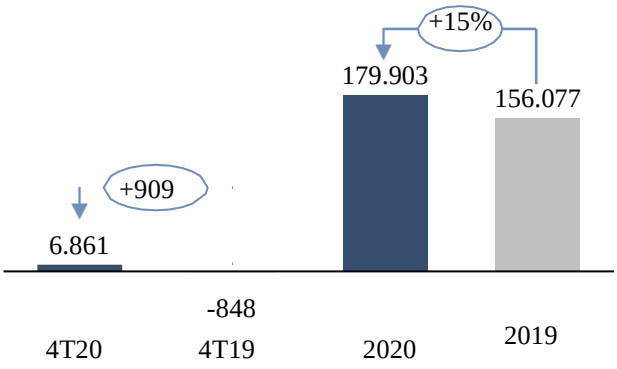
ROL (Receita Operacional Líquida – Em R$ mil)



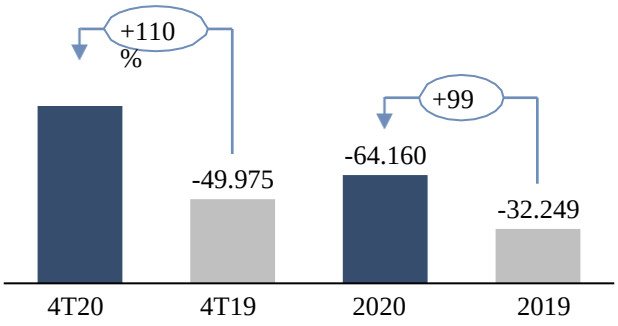
Lucro Bruto de Energia – Em R$ mil



EBITDA – Em R$ mil



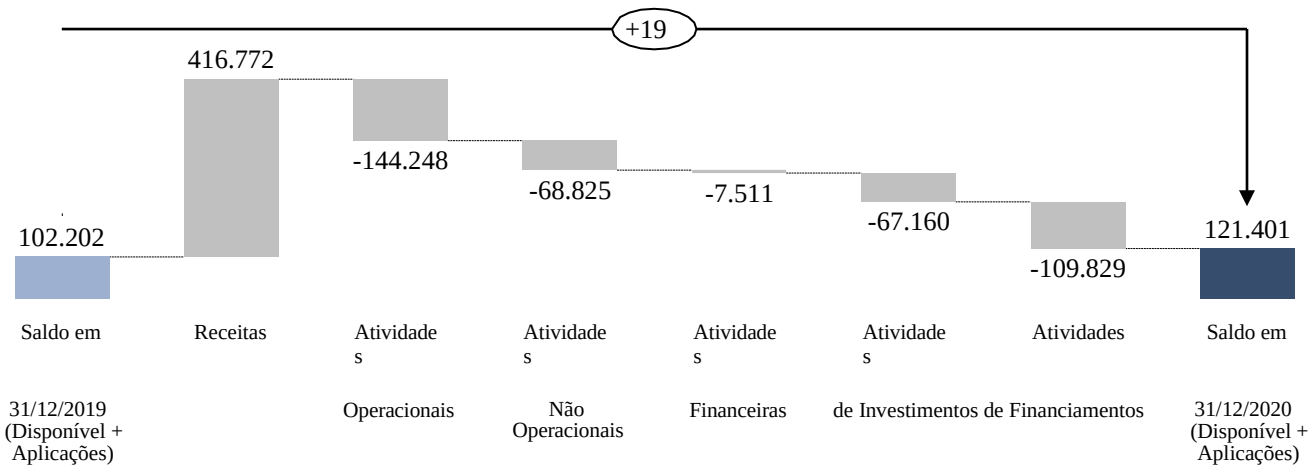
Prejuízo Líquido do Período – Em R$ mil



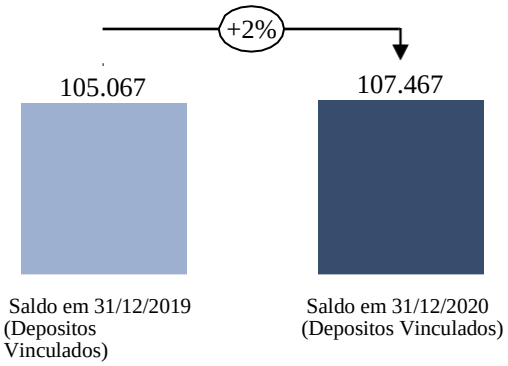
DESTAQUES

Abaixo detalhamento do fluxo de caixa da Companhia, detalhado por fluxo de atividade e acompanhamento de saldo.

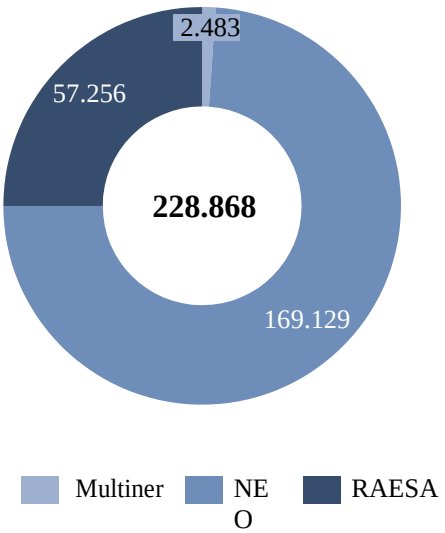
Fluxo de Caixa Acumulado [1] – Em R$ mil



Saldo Conta Restrita – Em R$ mil



Saldo Final de Caixa Por Empresa [2] – Em R$ mil



[1] Caixa e equivalentes de caixa (desconsiderando saldo em conta restrita)

[2] Considerando o saldo de caixa disponível (R$ 121,4 MM) + caixa restrito (R$ 107,5

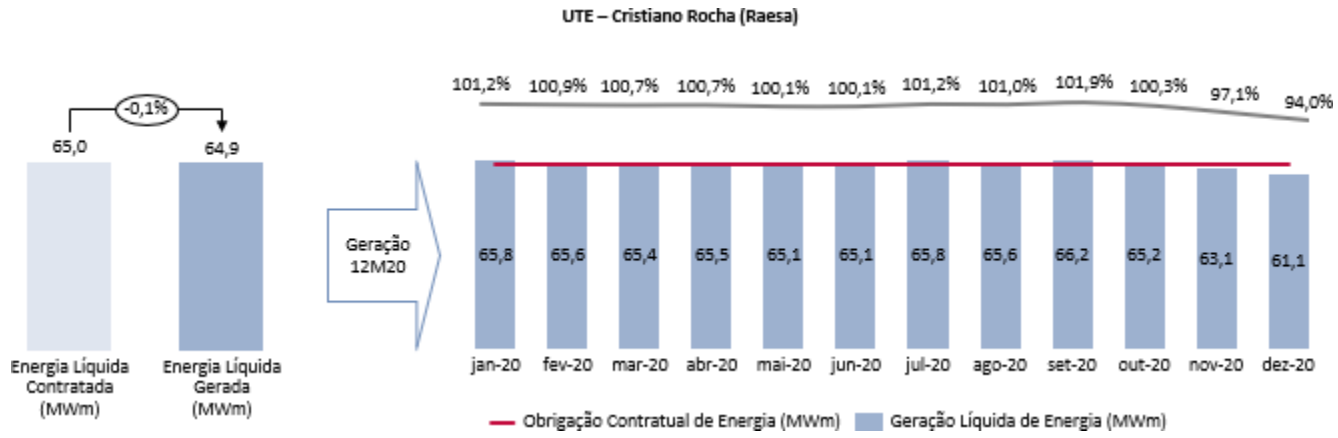
DESEMPENHO OPERACIONAL - RAESA

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2020, a geração média foi de 63,1 MW, sendo entregue 97,1% referente à obrigação contratual (65,0 MW) junto à Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.. A queda na geração estava prevista em orçamento devido ao início do projeto de conversão dos motores Wartsilä, para geração de energia 100% a gás natural, porém o desempenho no trimestre foi superior ao orçado em 3%.

Já no período acumulado de janeiro a dezembro, a geração média foi de 64,9 MW, sendo entregue 99,9% face à obrigação contratual. Tal performance permitiu ser entregue quase a totalidade da energia contratada, inferior em apenas 0,1% mesmo com a paralização da primeira unidade geradora para realização do projeto de conversão, conforme citado anteriormente.

Referido desempenho reflete a adequada gestão e performance da equipe operacional, a qual organizou de forma eficaz os controles das manutenções preventivas nos motores, evitando manutenções corretivas que ocasionariam paradas dos motores e, por consequência, perda de geração.

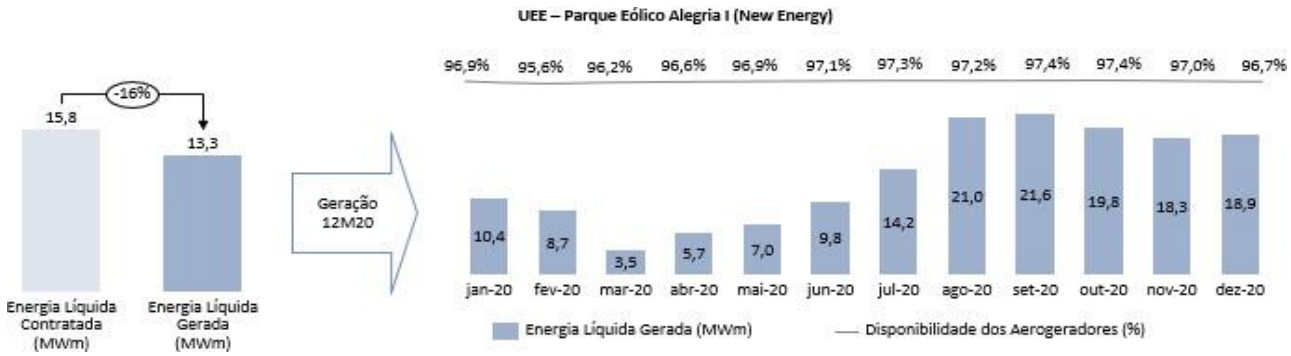
Em outubro de 2020 a usina atingiu a marca de 12 meses consecutivos, entregando a energia contratual com uma média de 101,1% da energia contratada sem glosas e penalidades. No gráfico abaixo são apresentados a entrega média de energia, e o acompanhamento da geração mensal.

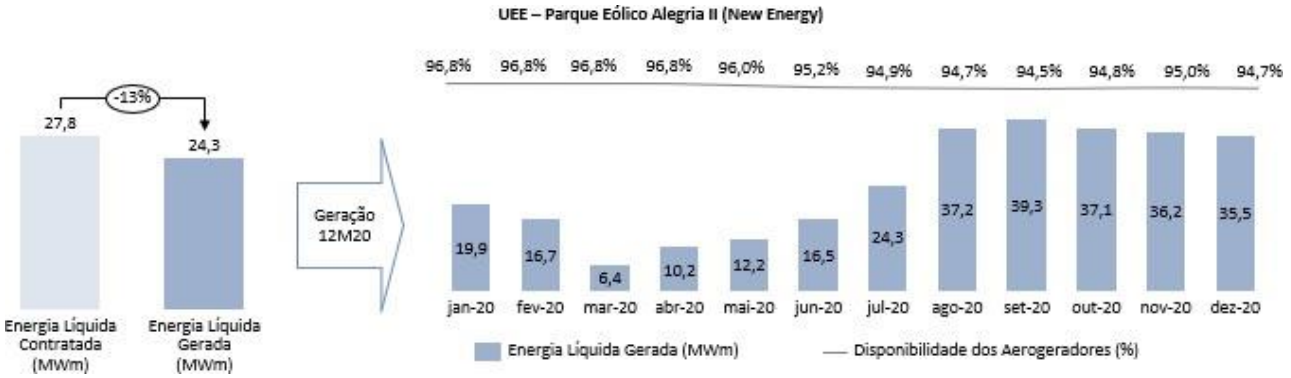


DESEMPENHO OPERACIONAL - NEO

No período acumulado de janeiro a dezembro de 2020, a geração do Complexo Alegria foi de 37,5 MW médios, sendo superior em 0,7% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. O parque Alegria I, no período acumulado de doze meses, gerou 13,25 MW médios, sendo superior em 2,6% quando comparado ao mesmo período do ano anterior (12,9 MW médios). Já o parque Alegria II no período acumulado de doze meses gerou 24,3 MW médios, se mantendo estável quando comparado ao mesmo período do ano anterior (24,4 MW médios).

A geração está menor em 14%, em relação à obrigação contratual do PROINFA (43,6 MW médios). A geração à menor deve-se principalmente pela falta de ventos na região. Além de ocorrências de limitações de potência impostas pelo ONS em função de restrições em parte das linhas de transmissão e subestações no Rio Grande do Norte. Em dezembro 2020, foi renovado o contrato com a Vestas, responsável pela operação e manutenção dos aerogeradores. O contrato foi estendido por mais 10 anos, até o final do PPA's de Alegria I e II, com possibilidade de saída mediante multa até o quinto ano.



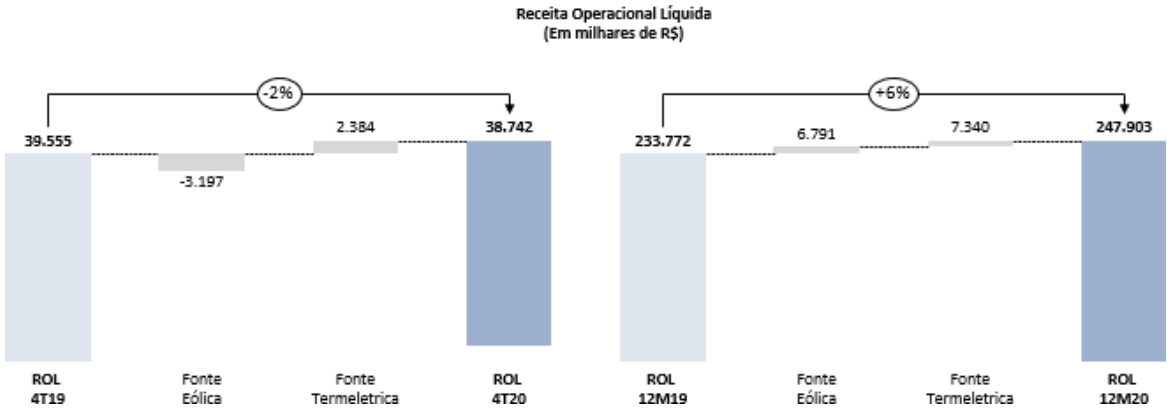


DESEMPENHO FINANCEIRO – RECEITA OPERACIONAL

Em R$ mil	4T20	4T19	Var.	12M20	12M19	Var.
Receita fixa	91.689	82.571	11%	347.412	324.987	7%
Receita variável	-24.220	-17.614	-38%	5.582	8.842	-37%
Receita bruta	**67.469**	**64.957**	**4%**	**352.994**	**333.829**	**6%**
Impostos e encargos*	-20.527	-18.564	11%	-76.629	-72.735	5%
Glosa de energia	-1.450	-88	1548%	-1.450	-327	343%
Amortização de Leasing financeiro	-6.750	-6.750	0%	-27.012	-26.995	0%
Deduções das receitas	**-28.727**	**-25.402**	**13%**	**-105.091**	**-100.057**	**5%**
Total ROL	**38.742**	**39.555**	**-2%**	**247.903**	**233.772**	**6%**

* *Desconto obrigado de P&D, PIS/COFINS e ICMS*.

A receita operacional líquida totalizou R$ 38.742 mil no 4T20, sendo 2% inferior à receita registrada no 4T19 de R$ 39.555 mil. Já no período acumulado findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou R$ 247.903 mil superior em 6% ao mesmo período do ano anterior quando apresentou o valor de R$ 233.772 mil. A melhora da receita bruta deve-se pelo reajuste tarifário dos contratos, sendo da fonte eólica ocorridos em março (+4%) e agosto (+7%), juntamente ao da termelétrica ocorrido em novembro (+24,5%). Mitigado pelo ajuste de energia realizado no 4T20 em NEO devido a entrega inferior do montante contratado no âmbito do PROINFA (R$ 34.897 mil). A NEO é responsável por 60,3% da receita operacional líquida com R$ 149.421 mil e a RAESA com 39,7% que corresponde a R$ 98.482 mil.



DESEMPENHO FINANCEIRO – CUSTOS OPERACIONAIS

Em R$ mil	4T20	4T19	Var.	12M20	12M19	Var.
Custos de O&M	-11.705	-18.478	-37%	-52.416	-63.738	-18%
Custos com Seguros	-1.028	-1.352	-24%	-4.091	-4.597	-11%
Custos com Pessoal e Encargos	-2.831	-4.728	-40%	-14.186	-14.881	-5%
Depreciação/Amortização	-11.693	-10.553	11%	-42.257	-41.714	1%
Amortização PPA (mais valia)	-2.711	-2.711	0%	-10.844	-10.844	0%
Demais Custos	-3.847	-990	289%	-4.865	-3.249	50%
Total Custos Operacionais	**-33.815**	**-38.812**	**-13%**	**-128.659**	**-139.023**	**-8%**

Os custos operacionais no 4T20 totalizaram R$ 33.815 mil, apresentando uma redução de 13% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, onde os custos operacionais foram de R$ 38.812 mil. A redução dos custos de O&M esta relacionada a menores dispêndios com manutenções preventivas e corretivas, devido ao início das aquisições de peças e equipamentos para as conversão dos motores, aliado à menores custos de inventário relacionado as peças sobressalentes.

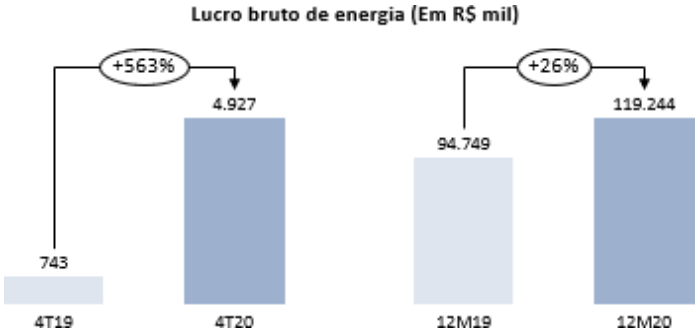
Os custos com pessoal e encargos sofreram reflexos de menores gastos com salários, encargos e benefícios, além do estorno da provisão de PPR (Programa de Participação nos Resultados). No que diz respeito ao aumento da rubrica de depreciações, justifica-se pelo ajuste contábil devido a constituição do ativo da usina eólica. Com relação aos demais custos o aumento deve-se pela baixa por prescrição de créditos fiscais. Já no período acumulado de doze meses os custos totalizaram R$ 128.659 mil, sendo inferior em 8% comparado ao mesmo período do ano anterior de R$ 139.023 mil.

DESEMPENHO FINANCEIRO – LUCRO BRUTO

Em R$ mil	4T20	4T19	Var.	12M20	12M19	Var.
Receita Líquida	38.742	39.555	-2%	247.903	233.772	6%
Custos Operacionais	-33.815	-38.812	-13%	-128.659	-139.023	-7%
Lucro Bruto	**4.927**	**743**	**563%**	**119.244**	**94.749**	**26%**

O lucro bruto no 4T20 totalizou R$ 4.927 mil, sendo superior em R$ 4.184 mil quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior quando apresentou o valor de R$ 743 mil. No acumulado de doze meses totalizou o valor de R$ 119.244 mil, sendo superior em 26% ou R$ 24.495 mil quando comparado ao mesmo período do ano anterior quando apresentou R$ 94.749 mil.

O principal efeito positivo diz respeito a melhora na receita bruta devido aos reajustes tarifários e a eficiência na disponibilidade de geração. Aliados à redução dos custos operacionais conforme citado anteriormente.



DESEMPENHO FINANCEIRO – EBITDA AJUSTADO

Em R$ mil	4T20	4T19	Var.	12M20	12M19	Var.
Receita Líquida	38.742	39.555	-2%	247.903	233.772	6%
Custos Operacionais	-33.815	-38.812	-13%	-128.659	-139.023	-7%
Despesas Gerais e Administrativas	-18.847	-32.471	-42%	-31.644	-40.817	-22%
Outras Receitas/Despesas	-373	10.866	-103%	12.190	22.592	-46%
Depreciações/Amortizações	21.154	20.014	6%	80.113	79.553	1%
EBITDA (ajustado)	**6.861**	**-848**	**909%**	**179.903**	**156.077**	**15%**
Margem EBITDA (ajustada)	**15%**	**-2%**	**n.a.**	**65%**	**60%**	**n.a.**

O EBITDA ajustado no 4T20 totalizou R$ 6.861 mil, sendo superior em R$ 7.709 mil quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, onde apresentou o valor negativo de R$ 848 mil.

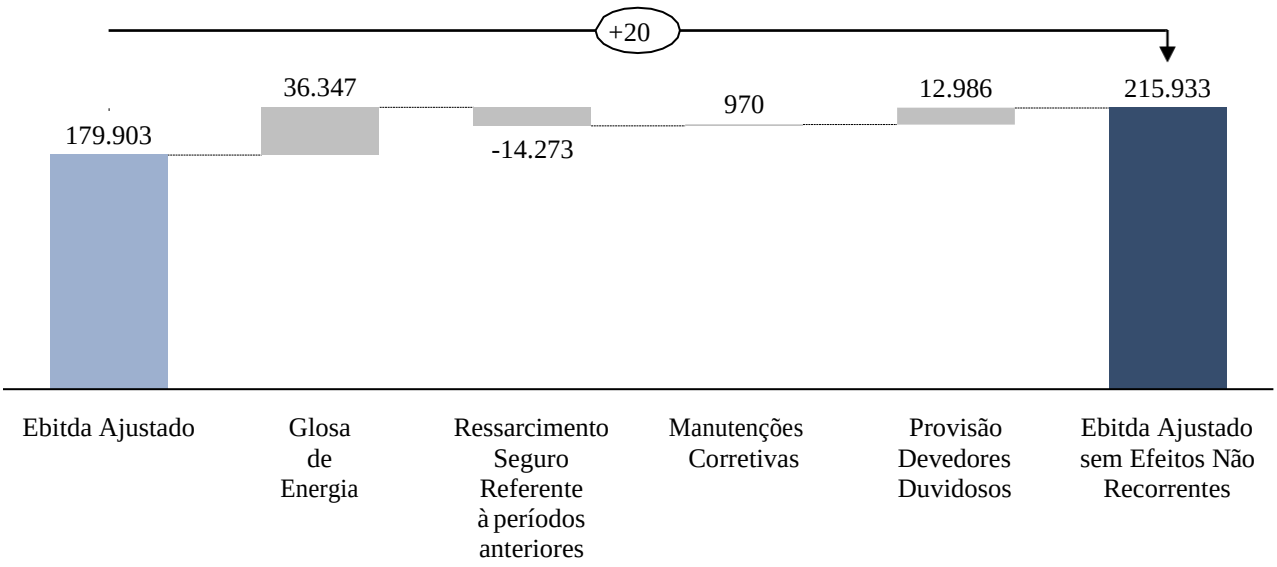
As principais variações na comparação trimestral referem-se à redução dos custos operacionais relacionados a menores dispêndios conforme citado anteriormente. A redução das despesas administrativas pelo reflexo da constituição da provisão para devedores duvidosos no 4T19 (R$ 25.106 mil) com partes relacionadas, o qual foi superior à perda provisionada no 4T20 (R$ 12.486 mil), este último referente ao ressarcimento da Conta Consumo de Combustível Isolado (CCC - Isol). E a redução de outras receitas refere-se ao efeito não recorrente no 4T19 da indenização do sinistro por lucros cessantes à controlada RAESA devido à quebra do motor 5 (R$ 10.941 mil). A margem EBITDA ajustado para o 4T20 foi de 15%, superior em 17 p.p. comparada ao mesmo período de 2019 quando apresentou a margem negativa de 2%.

No período acumulado de janeiro a dezembro de 2020 o EBITDA ajustado totalizou R$ 179.903 mil, sendo superior em 15% comparado ao mesmo período do ano anterior quando apresentou R$ 156.077 mil. Efeito positivo deve-se pelo aumento da receita bruta R$ 19.165 mil devido aos reajustes tarifários, somado à redução nos custos operacionais em R$ 10.364 mil. Além dos efeitos não recorrentes ocorridos em 2019 nas despesas administrativas conforme citado acima.

*EBITDA ajustado = EBITDA - Amortização do Leasing

DESEMPENHO FINANCEIRO – EBITDA SEM EFEITOS NÃO RECORRENTES

O gráfico abaixo representa o EBITDA ajustado desconsiderando os efeitos não recorrentes que ocorreram ao longo de 2020.



As adições e exclusões dos efeitos não recorrentes sobre o EBITDA referem-se a:

(i) Glosa, que refletiu negativamente no resultado devido à menor geração no período de 2020, sendo R$ 34.897 mil em NEO e R$ 1.450 mil em Raesa;

(ii) Ressarcimento de Seguro, impacto positivo de R$ 14.273 mil que diz respeito à quebra nos motores em períodos anteriores em Raesa (UG2 +R$ 4.689 mil e UG5 +R$ 9.578 mil) e pelo reembolso de apólice ocorrido em Multiner (+ R$ 6 mil);

(iii) Manutenções corretivas, impacto negativo no resultado de R$ 970 mil causado por manutenções corretivas não planejadas nos motores;

(iv) Provisão para Devedores Duvidosos, impacto negativo no resultado de R$ 12.986 mil devido à constituição de PDD referente ao ressarcimento da Conta Consumo de Combustível Isolado (CCC-Isolado).

DESEMPENHO FINANCEIRO – RESULTADO FINANCEIRO

Em R$ mil	4T20	4T19	Var.	12M20	12M19	Var.
Aplicação financeira	1.006	2.371	-58%	5.491	9.488	-42%
Bônus de adimplência	-	2.604	-100%	3.411	10.752	-68%
Juros sobre arrendamentos	2.265	2.555	-11%	9.505	10.633	-11%
Outras receitas financeiras	221	3.127	-93%	8.612	8.014	7%
Receitas financeiras	**3.491**	**10.657**	**-67%**	**27.019**	**38.887**	**-31%**
Juros sobre empréstimos	-23.901	-22.155	8%	-89.012	-81.131	10%
Correção monetária passiva	-68.465	-10.847	531%	-86.762	-41.534	109%
Desmobilização	-1.439	118	-1319%	-2.524	-1.985	27%
Atualização arrendamentos	-693	-477	45%	-2.425	-1.908	27%
Outras despesas financeiras	-5.832	-4.200	39%	-10.760	-12.574	-14%
Despesas financeiras	**-100.330**	**-37.561**	**167%**	**-191.483**	**-139.132**	**38%**
Resultado financeiro	**-96.839**	**-26.904**	**260%**	**-164.464**	**-100.245**	**64%**

O resultado financeiro do 4T20, fechou negativo em R$ 96.839 mil, sendo pior em R$ 69.935 mil quando comparado ao mesmo período de 2019, devido principalmente ao aumento das despesas financeiras em 167% (R$ 62.767 mil). O aumento justifica-se pela correção sobre os empréstimos que são indexados pelo IGP-M, o qual apresentou aumento significativo no 4T20 (out/20: 3,23%, nov/20: 3,28% e dez/20: 0,96%) enquanto que no mesmo período do ano anterior o IGP-M não apresentou tal elevação (out/19: 0,68%, nov/19: 0,30% e dez/19: 2,09%). Estas variações das taxas do IGP-M mensal causaram impactos negativos no resultado financeiro do quarto trimestre em R$ 57.618 mil.

No período acumulado de doze meses de 2020 o resultado financeiro foi pior em 64% ou R$ 64.219 mil. O reflexo da piora no resultado financeiro deve-se à redução da receita de bônus de adimplência em R$7.341 mil, em face da suspensão das parcelas do financiamento do BNB de maio a dezembro de 2020, devido ao enquadramento à Portaria 1183 de 23/04/2020 a qual reconhece o estado de Calamidade pública no Estado do Rio Grande do Norte devido a COVID 19. Aliado ao aumento das despesas financeiras, que conforme mencionado anteriormente diz respeito aos juros e correções sobre os empréstimos (R$ 7.881 mil e R$ 45.228 mil respectivamente), que estão indexados ao IGP-M e este encerrou o ano de 2020 acumulado com alta de 23,14% e no ano de 2019 o índice foi encerrado com 7,3%.

DESEMPENHO FINANCEIRO - RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

Em R$ mil	4T20	4T19	Var.	12M20	12M19	Var.
Resultado operacional	-14.293	-20.862	-31%	99.790	76.524	30%
Resultado financeiro	-96.839	-26.904	260%	-164.464	-100.245	64%
Equivalência patrimonial	-	176	-100%	-	796	-100%
IR/CSLL	5.957	-2.385	-350%	514	-9.324	-106%
Resultado líquido do período	**-105.175**	**-49.975**	**110%**	**-64.160**	**-32.249**	**99%**

No período do 4T20 a Companhia apresentou como resultado líquido o prejuízo de R$ 105.175 mil, sendo inferior em 110% ao resultado apurado no mesmo período de 2019, quando apresentou um prejuízo de R$ 49.975 mil. A Companhia mantém sua estabilidade operacional, apresentando uma melhora de 31% ou R$ 6.569 mil quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior. Porém a variação negativa deve-se ao resultado financeiro conforme citado anteriormente, o qual obteve um aumento de R$ 69.935 mil.

No período acumulado findo em 31 de dezembro de 2020, o resultado líquido apurado pela Companhia foi um prejuízo de R$ 64.160 mil, sendo pior em R$ 31.911 mil comparado ao mesmo período do ano anterior, quando obteve prejuízo líquido do período de R$ 32.249 mil. Assim como no resultado trimestral pode-se observar a melhora no resultado operacional da Companhia o qual no acumulado de doze meses obteve um aumento de 30% ou R$ 23.266 mil. Somado à menores gastos com impostos de R$ 9.838 mil relacionados ao incentivo SUDAM deferido no período pela investida RAESA através do Laudo Constitutivo n° 97/2020. Porém estes foram mitigados pelo resultado financeiro, que no período acumulado de 2020 apresentou um aumento de 64% ou R$ 64.219 mil quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

DESEMPENHO FINANCEIRO – ENDIVIDAMENTO

Em 31/12/2020 (R$ Mil)	RAESA	NEO	Multiner	Total
"Dívida Não Conversível"	**724.383**	**646.502**	**12.531**	**1.383.416**
CCBs	724.383	204.382	-	928.765
BNB	-	442.120	-	442.120
Debêntures Bolognesi	-	-	12.531	12.531
"Dívida Conversível"	**89.152**	**288.065**	**14.067**	**391.284**
CCBs Postalis Conversível	89.152	288.065	-	377.217
Debêntures Fundiagua	-	-	14.067	14.067
Sub-Total	**813.535**	**934.567**	**26.598**	**1.774.699**
Custo de Captação	-8.378	-4.921	-	-13.300
Total	**805.156**	**929.646**	**26.598**	**1.761.400**

A Companhia tem como base do seu endividamento as CCB's emitidas pela RAESA e NEO, as Debêntures emitidas pela Multiner e o financiamento com o BNB obtido pela NEO. As dívidas da Companhia, em 31 de dezembro de 2020, totalizam R$ 1.761.400 mil líquidos do custo de captação.

Atualmente todas as CCBs "não conversíveis" estão adimplentes e sendo pagas conforme curva vigente dos contratos e/ou aditivos, com exceção das dívidas de Prece e Postalis da RAESA, que estão sendo pagas mensalmente através do "stand still" assinado desde 2019. A Companhia busca o acordo junto as fundações credoras da RAESA para reestruturar o financiamento.

O endividamento com características "conversíveis" (CCB's de Postalis e Debêntures Fundiagua) somam atualmente R$ 391.284 mil, sendo CCB's de Postalis R$ 377.217 mil e Debêntures Fundiagua R$ 14.067 mil. Estas dívidas com características "conversíveis" estão em discussão na arbitragem entre os acionistas, instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp/Fiesp. A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos.

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em R$ mil)

ATIVO	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE	**279.650**	**260.716**
Caixa e equivalentes de caixa	121.401	102.202
Contas a receber	57.156	57.549
Tributos a recuperar	41.911	44.444
Arrendamento mercantil	18.701	17.487
Estoques	29.245	24.307
Adiantamentos a fornecedores	4.815	4.903
Outros créditos	6.421	9.824
NÃO CIRCULANTE	**1.620.927**	**1.632.602**
Contas a receber	-	19.816
Tributos a recuperar	82.417	90.267
Arrendamento mercantil	111.825	130.370
Depósitos judiciais	235	220
Partes relacionadas	449.279	449.279
Outros créditos	12.879	3.101
Depósito vinculados	107.467	105.067
Investimentos	-	-
Intangível	99.434	109.470
Imobilizado	736.588	704.504
Direito uso - arrendamento mercantil	16.475	16.180
Propriedades para investimento	4.328	4.328
TOTAL DO ATIVO	**1.900.577**	**1.893.318**

PASSIVO	31/12/2020	31/12/2019
CIRCULANTE	**1.435.132**	**1.569.841**
Empréstimos e financiamentos	736.921	859.244
Debêntures	12.531	9.194
Fornecedores	227.038	229.722
Obrigações sociais e trabalhistas	1.958	1.719
Obrigações tributárias	7.542	8.282
Arrendamento mercantil a pagar	1.345	974
Outras obrigações	447.797	460.706
NÃO CIRCULANTE	**798.474**	**592.346**
Empréstimos e financiamentos	620.665	435.828
Obrigações tributárias	3.627	5.336
Impostos diferidos	41.286	44.973
Provisão para demandas judiciais	4.036	4.674
Partes relacionadas	-	-
Provisão para desmobilização de ativos	30.242	27.211
Outras obrigações	72.926	49.247
Arrendamento mercantil a pagar	16.516	15.901
Provisão para perda de investimentos	9.176	9.176
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**-333.029**	**-268.869**
Capital social	855.828	855.828
Reserva de capital	543.916	543.916
Prejuízos acumulados	-1.683.283	-1.625.447
Acionistas não controladores	-49.490	-43.166
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (passivo a descoberto)	**1.900.577**	**1.893.318**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS (Em R$ mil)	01/01/2020 a 31/12/2020	01/01/2019 a 31/12/2019
Receita operacional líquida	247.903	233.772
Custo das vendas e dos serviços prestados	-128.659	-139.023
Resultado bruto	**119.244**	**94.749**
Gerais e administrativas	-31.644	-40.817
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	12.190	22.592
Resultado de equivalência patrimonial	-	796
Total receitas (despesas) operacionais	**-19.454**	**-17.429**
Resultado antes do resultado financeiro	**99.790**	**77.320**
Despesas financeiras	-191.483	-139.132
Receitas financeiras	27.019	38.887
Resultado financeiro	**-164.464**	**-100.245**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**-64.674**	**-22.925**
Imposto de renda e contribuição social corrente	-8.170	-8.597
Imposto de renda e contribuição social diferido	3.687	-727
Incentivos fiscais (SUDENE)	4.997	-
Lucro líquido do período	**-64.160**	**-32.249**
Atribuível a:		
Acionistas controladores	57.836	28.128
Acionistas não controladores	6.324	4.121

INSTRUÇÃO CVM

AUDITORES INDEPENDENTES – INSTRUÇÃO CVM 381/03

Com o objetivo de atender à Instrução CVM nº 381/03, a Multiner S.A. informa que a auditoria externa independente Ernst & Young Auditores Independentes S.A prestou serviços à Companhia no período encerrado em 31 de dezembro de 2020.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do §1º do artigo 25 da instrução CVM nº 480/09, conforme alterada, os Administradores da Multiner S.A. declaram que: Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório do Auditor emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes, relativamente às Demonstrações Financeiras referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Emiliano Spyer
Diretor de Relações com Investidores

Ronan Dias
Diretor Presidente

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Multiner S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

Multiner S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....1

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais....4
Demonstrações dos resultados....6
Demonstrações dos resultados abrangentes....7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido....8
Demonstrações dos fluxos de caixa....9
Demonstrações do valor adicionado....11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas....12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Multiner S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Multiner S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.4 às demonstrações financeiras, que indica que o passivo circulante individual e consolidado da Companhia excedeu o total do ativo circulante individual e consolidado em R$27.640 mil e R$1.155.482 mil, respectivamente, além de possuir prejuízos acumulados no montante de R$1.683.283 mil, bem como patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores negativo de R$283.539 mil. A continuidade operacional da Companhia depende do reperfilamento das suas dívidas, e na conversão dos saldos com partes relacionadas em participação acionária. Conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode

levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase - Operação "Greenfield"

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1.3 às demonstrações financeiras, que indica que o investimento indireto mantido na Companhia por determinados fundos de pensão é objeto de investigação conduzido pelas autoridades públicas no âmbito da operação denominada "Greenfield". A Companhia divulgou nesta mesma nota explicativa o resultado do processo de investigação independente conduzido por empresa especializada, seguindo o processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, ainda em curso. Desta forma, não é possível prever nem antecipar os desdobramentos dessas investigações, nem seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e/ou de suas subsidiárias. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Endividamento e suas respectivas cláusulas restritivas contratuais ("covenants")

A Companhia e suas controladas possuem diversos contratos de dívidas em valores relevantes. Tais contratos possuem cláusulas restritivas, qualitativas e financeiras, sobre as quais a Companhia e suas controladas encontram-se em descumprimento, devido ao não pagamento de parcelas de amortização do principal e respectivos juros ou não atendimento de cláusulas contratuais, o que ensejou a necessidade de renegociação periódica dos termos contratuais ou a reclassificação da totalidade do saldo devido em 31 de dezembro de 2020 para o passivo circulante. Este assunto está divulgado na nota explicativa 20 às demonstrações financeiras.

Esse assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, devido à significância dos valores envolvidos, assim como pela atual conjuntura financeira das entidades do Grupo, que resultou no descumprimento das cláusulas contratuais.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, entre outros, efetuamos a leitura dos contratos de endividamento e de suas respectivas renegociações, examinamos a movimentação de pagamentos e captação de novos empréstimos durante o exercício, recalculamos os juros e encargos financeiros, verificamos a apropriada reclassificação da totalidade dos saldos cujos contratos encontram-se com covenants descumpridos para o passivo circulante, confirmamos os saldos em aberto com as instituições financeiras, testamos o cálculo dos indicadores-chave financeiros previstos nas cláusulas restritivas com base nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos também incluíram a revisão das divulgações dos instrumentos financeiros e respectivas garantias nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas da Companhia e de suas controladas relacionadas à identificação e monitoramento de cláusulas restritivas contratuais, reclassificação dos valores envolvidos, e as divulgações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas controladas são parte em diversas demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhistas, tributárias e cíveis, originadas no curso normal de seus negócios. Para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é considerada “provável” pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos, são constituídas provisões, cujo valor consolidado em 31 de dezembro de 2020 foi de R$4.036 mil, respectivamente. Ainda, os passivos contingentes relacionados a processos judiciais avaliados com expectativa de perda “possível”, para as quais nenhuma provisão foi constituída, totalizam os montantes de R$40.712 mil e R$299.666 mil nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020. Esse assunto está descrito na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado relevante para a nossa auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos nos processos, ao julgamento exercido pela Administração, necessário para a determinação se uma provisão deve ser registrada, bem como pela complexidade do ambiente jurídico no Brasil.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, entre outros, avaliamos as políticas relacionadas às provisões para demandas judiciais e administrativas da Companhia para a identificação, mensuração, registro e divulgação dos respectivos riscos envolvidos, obtemos e analisamos cartas de confirmação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia e de suas controladas, contendo o detalhamento dos status dos processos judiciais e administrativos em andamento, bem como a avaliação dos riscos envolvidos e prognóstico de perda. Adicionalmente, envolvemos nossos

especialistas em assuntos relacionados a impostos para auxiliar na análise das avaliações de riscos determinadas pelos assessores jurídicos internos e externos e avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia e de suas controladas sobre este assunto e especificamente sobre os processos mais significativos.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas relacionadas à identificação, reconhecimento e mensuração das provisões para demandas judiciais, para suportar os julgamentos, estimativas e divulgações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis com vida útil definida

A Companhia e suas controladas possuem saldo consolidado de ativo imobilizado e intangível no montante de R$490 mil e R$836.022 mil, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de perda por redução ao valor recuperável desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige a adoção de premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, de forma que quaisquer eventuais alterações nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações financeiras da Companhia tomadas em conjunto. Este assunto está divulgado nas notas explicativas 13 e 16 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, dentre outros, avaliamos as projeções de fluxo de caixa e valorização dos ativos imobilizados e intangíveis, analisamos os indicadores financeiros de cada unidade geradora de caixa, bem como revisamos as análises preparadas pela Companhia, envolvemos nossos especialistas para suporte da análise do valor recuperável dos ativos fixos, bem como, na avaliação na taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontado; verificamos a acuracidade matemática do cálculo e consistência entre os dados utilizados e o saldos contábeis, assim como avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança. Avaliamos, também, a adequada divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangível com vida útil definida, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável destes ativos adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 13 e 16, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Transações com partes relacionadas

A Companhia e suas controladas realizam transações financeiras entre si, com naturezas diversas, as quais incluem contratos de mútuo financeiro e transações operacionais, conforme descrito na nota explicativa 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Esse assunto foi considerado relevante para nossa auditoria, devido à significância dos valores e diversidade das transações mantidas entre entidades consideradas partes relacionadas, assim como possibilidade de que essas transações possam ser registradas fora do período de competência ou não aprovadas pelos órgãos de governança da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria para confirmar a adequação das condições pactuadas, do registro e controle dessas transações, dentre outros, avaliamos a política de transações com partes relacionadas da Companhia e sua aplicação nas principais transações ocorridas durante o exercício, examinamos a documentação suporte para as transações materiais, incluindo a inspeção de contratos e cálculos preparados pela Administração, verificamos a aprovação das transações pelo Conselho de Administração, de acordo com a política estabelecida pela Companhia e realizamos procedimento de envio de cartas de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020. Avaliamos, também, a adequada divulgação desse assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas relacionadas à identificação, aprovação, reconhecimento e mensuração das transações com partes relacionadas, para suportar as informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Building a better working world

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Alessandra Aur Raso
Contadora CRC-1SP248878/O-7

Multiner S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**1.355**	842	**121.401**	102.202
Contas a receber	7	**-**	-	**57.156**	57.549
Tributos a recuperar	9	**61**	185	**41.911**	44.444
Arrendamento	11.1	**-**	-	**18.701**	17.487
Estoques	17	**-**	-	**29.245**	24.307
Adiantamentos a fornecedores	8	**10**	24	**4.815**	4.903
Outros créditos	22.1	**260**	59	**6.421**	9.824
Total ativo circulante		**1.686**	1.110	**279.650**	260.716
Não circulante					
Contas a receber	7	**-**	-	**-**	19.816
Tributos a recuperar	9	**923**	1.125	**82.417**	90.267
Arrendamento	11.1	**-**	-	**111.825**	130.370
Depósitos judiciais		**27**	16	**235**	220
Partes relacionadas	10.2	**467.720**	468.680	**449.279**	449.279
Outros créditos	22.1	**3.264**	669	**12.879**	3.101
Depósitos vinculados	15	**845**	807	**107.467**	105.067
Propriedades para investimento	12	**4.328**	4.328	**4.328**	4.328
Investimentos	14.1	**4.174**	569	**-**	-
Intangível	13	**-**	93	**99.434**	109.470
Imobilizado	16	**490**	369	**736.588**	704.504
Ativo de direito de uso	11.2	**496**	2.793	**16.475**	16.180
Total ativo não circulante		**482.267**	479.449	**1.620.927**	1.632.602
Total ativo		**483.953**	480.559	**1.900.577**	1.893.318

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Passivo					
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	**-**	-	**736.921**	859.244
Debêntures	20	**12.531**	9.194	**12.531**	9.194
Fornecedores	18	**98**	691	**227.038**	229.722
Obrigações sociais e trabalhistas		**1.024**	823	**1.958**	1.719
Obrigações tributárias	19.1	**485**	528	**7.542**	8.282
Passivo de arrendamento	11.2	**448**	232	**1.345**	974
Outras obrigações	22.2	**14.740**	16.398	**447.797**	460.706
Total passivo circulante		**29.326**	27.866	**1.435.132**	1.569.841
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	**-**	-	**620.665**	435.828
Obrigações tributárias	19.1	**-**	-	**3.627**	5.336
Impostos diferidos	19.2	**-**	-	**41.286**	44.973
Provisão para demandas judiciais	24	**-**	-	**4.036**	4.674
Partes relacionadas	10.2	**11.400**	-	**-**	-
Provisão para desmobilização de ativos	21	**-**	-	**30.242**	27.211
Outras obrigações	22.2	**-**	-	**72.926**	49.247
Passivo de arrendamento	11.2	**124**	2.720	**16.516**	15.901
Provisão para perda de investimentos	14	**726.642**	675.676	**9.176**	9.176
Total passivo não circulante		**738.166**	678.396	**798.474**	592.346
Patrimônio líquido					
Capital social	23	**855.828**	855.828	**855.828**	855.828
Reserva de capital	23	**543.916**	543.916	**543.916**	543.916
Prejuízos acumulados		**(1.683.283)**	(1.625.447)	**(1.683.283)**	(1.625.447)
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		**(283.539)**	(225.703)	**(283.539)**	(225.703)
Acionistas não controladores		**-**	-	**(49.490)**	(43.166)
Total do patrimônio líquido		**(283.539)**	(225.703)	**(333.029)**	(268.869)
Total do passivo e do patrimônio líquido		**483.953**	480.559	**1.900.577**	1.893.318

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Demonstrações dos resultados
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Receita operacional líquida	25	**-**	-	**247.903**	233.772
Custo das vendas e dos serviços prestados	26	**-**	-	**(128.659)**	(139.023)
Lucro bruto		**-**	-	**119.244**	94.749
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	27.1	**(6.262)**	(30.336)	**(31.644)**	(40.817)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	27.2	**23**	(43)	**12.190**	22.592
Resultado de equivalência patrimonial	14	**(47.959)**	(1.299)	**-**	796
Total despesas operacionais		**(54.198)**	(31.678)	**(19.454)**	(17.429)
Resultado antes do resultado financeiro líquido		**(54.198)**	(31.678)	**99.790**	77.320
Despesas financeiras	28	**(3.744)**	2.562	**(191.483)**	(139.132)
Receitas financeiras	28	**106**	1.144	**27.019**	38.887
Resultado financeiro		**(3.638)**	3.706	**(164.464)**	(100.245)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(57.836)**	(27.972)	**(64.674)**	(22.925)
Imposto de renda e contribuição social corrente	29	**-**	(846)	**(8.170)**	(8.597)
Imposto de renda e contribuição social diferido	29	**-**	690	**3.687**	(727)
Incentivos fiscais	29	**-**	-	**4.997**	-
Prejuízo do exercício		**(57.836)**	(28.128)	**(64.160)**	(32.249)
Prejuízo atribuído aos sócios controladores		**(57.836)**	(28.128)	**(57.836)**	(28.128)
Prejuízo atribuído aos sócios não controladores		**-**	-	**(6.324)**	(4.121)
Resultado por ação básico	23				
Ação ordinária		**(0,00375)**	(0,00183)	**(0,00375)**	(0,00183)
Ação preferencial - Classes A e B		**(0,00299)**	(0,00145)	**(0,00299)**	(0,00145)
Ação preferencial - Classe C		**(0,00296)**	(0,00144)	**(0,00296)**	(0,00144)
Ação preferencial - Classe D		**(0,00293)**	(0,00142)	**(0,00293)**	(0,00142)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

.

Multiner S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Prejuízo do exercício	**(57.836)**	(28.128)	**(64.160)**	(32.249)
Resultado abrangente do exercício	**(57.836)**	(28.128)	**(64.160)**	(32.249)
Atribuível a:				
Acionistas controladores	**(57.836)**	(28.128)	**(57.836)**	(28.128)
Acionistas não controladores	**-**	-	**(6.324)**	(4.121)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital social		Reserva de capital					
	Integralizado	**A integralizar**	**Ágio na emissão de ações**	**Reserva de capital**	**Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) destinado aos controladores**	**Participação de não controladores**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	855.834	(6)	465.801	78.115	(1.597.319)	(197.575)	(39.045)	(236.620)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(28.128)	(28.128)	(4.121)	(32.249)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	855.834	(6)	465.801	78.115	(1.625.447)	(225.703)	(43.166)	(268.869)
Prejuízo do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**(57.836)**	**(57.836)**	**(6.324)**	**(64.160)**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**855.834**	**(6)**	**465.801**	**78.115**	**(1.683.283)**	**(283.539)**	**(49.490)**	**(333.029)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(57.836)**	(27.972)	**(64.674)**	(22.925)
Ajustes por:				
Resultado de equivalência patrimonial	**47.959**	1.299	**-**	(796)
Juros passivos sobre operações de mútuo	**122**	(96)	**-**	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos - CCBs	**-**	-	**87.446**	73.928
Juros sobre debêntures	**2.031**	845	**2.031**	845
Variação cambial	**-**	-	**6.865**	134
Variação monetária sobre debêntures	**1.306**	713	**1.306**	713
Variação monetária de arrendamento	**133**	282	**2.799**	1.908
Variação monetária s/ empréstimos	**50**	(3)	**78.065**	28.430
Multas de empréstimos e financiamentos	**-**	-	**2**	7.271
Amortização de custo de captação	**-**	-	**1.927**	1.922
Depreciação e amortização	**543**	575	**58.344**	53.791
Perda por redução ao valor recuperável do imobilizado	**-**	-	**(77)**	-
Perdas de créditos financeiros	**-**	(1)	**-**	(1)
Amortização de arrendamento	**(140)**	-	**(592)**	-
Constituição e estorno de provisão para contingências	**-**	(15)	**(638)**	(9.568)
Provisão para perda	**-**	-	**12.873**	-
Provisão para valor recuperável - partes relacionadas	**-**	25.106	**-**	25.106
Atualização de provisão para desmantelamento - IPCA	**-**	-	**3.031**	2.526
Juros sobre arrendamento financeiro	**-**	-	**(9.505)**	(10.633)
Baixas do imobilizado	**19**	-	**19**	-
Baixas do intangível	**151**	-	**283**	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	**-**	-	**7.336**	69.069
Tributos a recuperar	**326**	3.049	**10.384**	11.771
Despesas antecipadas	**(201)**	(15)	**(1.027)**	(571)
Adiantamentos a fornecedores	**14**	223	**88**	2.529
Depósitos judiciais	**(11)**	104	**(15)**	105
Estoque	**-**	-	**(4.938)**	(1.881)
Outros ativos	**(2.595)**	(668)	**1.835**	(6.569)
Fornecedores	**(593)**	(489)	**(9.549)**	(3.538)
Obrigações sociais e trabalhistas	**201**	(1)	**240**	365
Obrigações tributárias	**(43)**	(7.609)	**(5.622)**	(13.718)
Outros passivos	**(1.659)**	87	**1.154**	19.947
Partes relacionadas	**(9.607)**	(12.681)	**-**	-

Multiner S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação
Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	**-**	-	**(47.892)**	(68.481)
Amortização de arrendamento mercantil	**-**	-	**27.012**	26.995
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	**(19.830)**	(17.267)	**158.511**	188.674
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	**(206)**	(98)	**(76.231)**	(23.049)
Aquisição do intangível	**(113)**	(95)	**(242)**	(404)
Depósitos vinculados - conta reserva	**(38)**	(50)	**(2.400)**	(4.834)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	**(357)**	(243)	**(78.873)**	(28.287)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento do arrendamento mercantil	**(498)**	(568)	**(3.404)**	(2.748)
Transferência de integralização de capital	**(598)**	(1.900)	**-**	-
Empréstimo concedido a partes relacionadas	**-**	(11.837)	**-**	(14.638)
Recebimentos de empréstimos concedidos a partes relacionadas	**13.496**	32.278	**-**	32.418
Empréstimos captados com partes relacionadas	**8.300**	-	**-**	-
Pagamento de empréstimos e financiamento - principal	**-**	-	**(57.035)**	(95.644)
Caixa líquido proveniente (utilizado) das atividades de financiamento	**20.700**	17.973	**(60.439)**	(80.612)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**513**	463	**19.199**	79.775
Saldo no início do exercício	**842**	379	**102.202**	22.427
Saldo no final do exercício	**1.355**	842	**121.401**	102.202

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receitas	**19**	(22.097)	**322.816**	296.948
Venda de energia	**-**	-	**321.355**	304.894
Outras receitas	**24**	(43)	**14.339**	17.160
Provisão para perda	**(5)**	(22.054)	**(12.878)**	(25.106)
Insumos adquiridos de terceiros	**(3.717)**	(4.080)	**(71.629)**	(69.591)
Serviços de terceiros	**(4.114)**	(4.011)	**(43.046)**	(43.582)
Materiais, energia e outros	**401**	(84)	**(29.298)**	(35.577)
Perda/recuperação valores ativos	**(4)**	-	**77**	-
Provisão para demandas judiciais	**-**	15	**638**	9.568
Valor adicionado bruto	**(3.698)**	(26.177)	**251.187**	227.357
Retenções	**(121)**	(130)	**(56.456)**	(52.256)
Depreciação e amortização	**(121)**	(130)	**(56.456)**	(52.256)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	**(3.819)**	(26.307)	**194.731**	175.101
Valor adicionado recebido em transferência	**(47.853)**	(155)	**27.019**	39.683
Resultado de equivalência patrimonial	**(47.959)**	(1.299)	**-**	796
Receitas financeiras	**106**	1.144	**27.019**	38.887
Valor adicionado a distribuir	**(51.672)**	(26.462)	**221.750**	214.784
Pessoal	**2.055**	1.522	**15.647**	16.318
Remuneração direta	**772**	714	**7.890**	9.718
FGTS	**74**	(6)	**781**	749
Benefícios	**349**	334	**4.286**	4.508
Honorários dos administradores	**860**	480	**2.690**	1.343
Tributos	**372**	2.559	**73.274**	84.805
Federais	**371**	2.559	**29.005**	37.287
Diferido	**-**	-	**(3.687)**	3.630
Estaduais	**-**	-	**47.949**	43.874
Municipais	**1**	-	**7**	14
Remuneração de capitais de terceiros	**3.737**	(2.415)	**196.989**	145.910
Aluguéis	**(7)**	148	**5.506**	6.788
Despesas financeiras	**3.744**	(2.563)	**191.483**	139.122
Remuneração de capitais próprios	**(57.836)**	(28.128)	**(64.160)**	(32.249)
Prejuízo do exercício	**(57.836)**	(28.128)	**(57.836)**	(28.128)
Participação dos não controladores	**-**	-	**(6.324)**	(4.121)
Valor adicionado distribuído	**(51.672)**	(26.462)	**221.750**	214.784

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Multiner S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais e contexto operacional

A Multiner S.A. ("Multiner" ou "Companhia") é uma *holding*, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, categoria B, sediada em São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 35º andar, e tem por objetivo a participação em outras sociedades como acionista ou sócia atuante no segmento de energia elétrica.

A estrutura acionária da Companhia, de forma consolidada, é formada por: (i) 72,22% de ações detidas pelo Multiner Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, gerido pela Polo Capital Management e administrado pela Planner Corretora de Valores S.A., constituído sob a forma de condomínio fechado por entidades fechadas de previdência complementar (o "FIP Multiner"), 27,78% de ações detidas pela Brasilterm Energia S.A. e Bolognesi Energia S.A. (em conjunto com a Brasilterm Energia S.A., o "Grupo Bolognesi"). Estas são divididas em ações ordinárias e preferenciais da seguinte forma: (i) Ações Ordinárias: 51,91 detido pelo Grupo Bolognesi, 48,09% detido pelo FIP Multiner; e (ii) Ações Preferenciais: 99,99% detidas pelo FIP Multiner e 0,01% detidas pela Bolognesi Energia S.A.

A Companhia participa em sociedades cujo objeto inclui (i) usinas de geração de energia termoelétrica, a óleo combustível e/ou gás natural ("UTE"), (ii) comércio atacadista de energia elétrica e (iii) usina de geração de energia elétrica de fonte eólica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Os investimentos da Companhia possuem 236,8 MWh de capacidade instalada em 31 de dezembro de 2020 (236,8 MWh em 31 de dezembro de 2019).

Relação dos ativos de geração de energia elétrica

Entidade	Fonte	Situação	Contrato de concessão ANEEL	Prazo da concessão/ autorização		Início da operação comercial
				Início	Término	
Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") - UTE Cristiano Rocha	Óleo/GNL	Em operação	Resolução nº 733	24/10/2006	24/10/2026	16/11/2006
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") - Parque Alegria I	Eólica	Em operação	Resolução nº 663	26/12/2001	26/12/2031	30/12/2010
New Energy Options Geração de Energia S.A. ("NEO") - Parque Alegria II	Eólica	Em operação	Resolução nº 662	26/12/2001	26/12/2031	30/12/2011
Termelétrica Itapebi S.A. ("Itapebi")	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Monte Pascoal S.A. ("Monte Pascoal")	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Pernambuco IV S.A. ("Pernambuco IV")	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Termopower V S.A. ("Termopower V")	Óleo	Outorga revogada				
Termelétrica Termopower VI S.A. ("Termopower VI")	Óleo	Outorga revogada				

1. Informações gerais e contexto operacional--Continuação

1.1. Reorganização financeira

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi firmou o contrato de compra e venda de ações da Multiner, passando a deter a maioria das ações ordinárias, e na mesma data celebrou com o FIP Multiner o Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A. (o "Contrato de Reorganização"), tendo como intervenientes, além da própria Multiner, os seguintes: (i) Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - ("Postalis"); (ii) Fundação Petrobras de Seguridade Social - ("Petros"); (iii) Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - ("Refer"); (iv) Instituto Infraero de Seguridade Social - ("Infraprev"); (v) Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - ("Fundiágua"); (vi) Fundação de Previdência dos Empregados da CEB - ("Faceb"); e (vii) Bolognesi Engenharia Ltda.; (viii) Bolognesi Infraestrutura Ltda.. O Contrato de Reorganização foi posteriormente aditado em 14 de julho de 2014.

O objeto do Contrato de Reorganização foi o de viabilizar a continuidade operacional da Companhia e de suas controladas, por meio do aporte de recursos e ativos, alongamento de endividamentos, conversão de dívida em capital, assunção de avais dos antigos controladores pelo Grupo Bolognesi, término da construção do parque eólico Alegria II, da investida NEO, à época em que foi celebrado, e a primeira conversão para gás da unidade geradora de propriedade da controlada indireta RAESA.

Parte das obrigações previstas no Contrato de Reorganização ainda não foram adimplidas pelas partes, tais como conversão de dívida em capital, aporte de capitais, equalização de participações, permuta de crédito com débitos, entre outras. Em 2017, as partes trocaram correspondência sobre uma reunião de conciliação. Contudo, a conciliação não foi concluída e, nos termos do Contrato de Reorganização, em caso de divergência entre as partes a mesma seria submetida à Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem de São Paulo (Câmara CIESP/FIESP), de acordo com o seu regulamento em vigor na data do pedido de instauração da arbitragem.

Assim sendo, foi instaurada em 19 de dezembro de 2017 arbitragem na Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo ("Câmara CIESP"), conforme regulamento da Companhia em vigor, sob o número 520 ("Procedimento Arbitral CMA 520") que visa equacionar as controvérsias societárias em virtude das obrigações previstas no Contrato de Reorganização tanto entre os acionistas quanto entre os intervenientes anuentes.

O processo segue em aberto até a data da emissão destas demonstrações financeiras, sendo que em 30 de abril de 2019 foi firmado o Termo de Arbitragem, e subsequente apresentação de eventuais objeções à jurisdição. Já houve decisão do tribunal quanto à jurisdição, no sentido de que todas as partes do Contrato de Reorganização estariam sujeitas ao tribunal arbitral. Neste sentido, as obrigações dispostas em tal contrato estão sub judice, aguardando posicionamento das partes para que haja decisão final vinculativa.

1. Informações gerais e contexto operacional--Continuação

1.1. Reorganização financeira--Continuação

Em 03 de julho de 2020 foi realizada audiência virtual para apresentação das partes e estabelecido cronograma para apresentação de documentos e manifestações adicionais.

Em 07 de julho de 2020 o Tribunal emitiu Ordem Processual nº 10 solicitando que as partes apresentassem os valores em discussão na arbitragem, os quais foram apresentados em 10 de julho de 2020. Já em 07 de agosto de 2020 as partes entenderam necessário apresentar novos documentos.

As partes indicaram os representantes e testemunhas para serem ouvidos em audiência realizada em 19 a 20 de outubro de 2020. A audiência foi para a oitiva de testemunhas. Em seguida, o Tribunal enviou a Ordem Processual nº 14, por meio da qual solicitou (i) o envio de todos os atos societários da Multiner e da Mesa Participações S.A.; (ii) cópia integral do processo judicial de pleito de reequilíbrio em andamento envolvendo as controladas da Mesa Participações S.A.; (iii) a manifestação das partes com relação aos eventuais impactos na arbitragem da Operação Greenfield e da Representação que o FIP Multiner fez na CVM; e, (iv) manifestação da Fundiágua quanto ao pedido da Multiner relativo à suspensão de qualquer obrigação de pagamento da dívida conversível.

Em 25 de novembro de 2020 as partes juntaram suas manifestações com os documentos e informações solicitadas pelo Tribunal, bem como, no mesmo dia, foi emitida a Ordem Processual nº 15, por meio da qual o Tribunal entendeu que os créditos detidos pela Fundiágua já estariam suspensos tendo em vista a suspensão da Execução proposta pelo Fundo, decidida pela Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim como a inocorrência de quaisquer atos de constrição de bens em prejuízo da Multiner no âmbito da referida Execução.

Por fim, em 12 de janeiro de 2021, as partes apresentaram resposta sobre os documentos adicionais e as manifestações das contrapartes, tendo a Refer apresentado após o prazo, conforme acatado pelo Tribunal por meio da Ordem Processual nº 16. Em seguida as partes apresentaram as respectivas respostas em 03 de fevereiro de 2021.

1.2. Cumprimento de obrigações contratuais de obrigações financeiras

Pelo não cumprimento de obrigações financeiras e não financeiras pela Companhia e sua investida RAESA, com obrigações contratuais relativas a debêntures e parte de seus empréstimos e financiamentos, o saldo devedor referente a tais obrigações encontra-se classificado em sua totalidade no passivo circulante.

Nos termos do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização, os credores Fundiágua (debêntures Multiner) e Postalis (CCBs NEO e RAESA) estavam obrigados a votar

1. Informações gerais e contexto operacional--Continuação

1.2. Cumprimento de obrigações contratuais de obrigações financeiras--Continuação

favoravelmente à rolagem da dívida por períodos sucessivos adicionais até a efetiva capitalização indireta em créditos na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A. Tais credores também possuem obrigação de conversão de dívida em capital na Companhia e/ou na Mesa Participações S.A., entidade que faz parte do Grupo Bolognesi.

Tais obrigações são parte do Procedimento Arbitral CMA 520 instaurado entre os acionistas e credores intervenientes anuentes, processo que segue em aberto até a data da emissão destas informações contábeis conforme descrito na Nota Explicativa n° 1.1.

1.3. Operação Greenfield

Em 5 de setembro de 2016, foi cumprido no Rio de Janeiro, sede da Companhia na época, o Mandado de Busca e Apreensão expedido pelo Juiz Federal da 10ª Vara Federal de Brasília no âmbito do Processo nº 373250-67.2016.4.01.3400, que investiga os investimentos realizados pelos fundos de pensão por meio de FIPs (Fundos de Investimento em Participações), dentre os quais se encontra o FIP Multiner.

Em consonância com a investigação denominada “Greenfield”, foi emitida em 13 de setembro de 2016, ordem judicial de bloqueio das contas bancárias da Companhia, expedida cautelarmente nos autos do Processo nº 37.371-11.2016.4.01.3400, em curso perante a 10ª Vara Criminal Federal em Brasília. Em 15 de dezembro de 2016, a mesma Vara Criminal ordenou o desbloqueio das contas bancárias da Companhia, observado as seguintes condições, sob pena de revogação da presente decisão:

(i) Proibir o pagamento, a qualquer título, a seus diretores, conselheiros e demais colaboradores, de qualquer quantia mensal superior a R$60, para os atuais colaboradores da Empresa, impondo, contudo, que futuras contratações não superem R$55 mensais;

(ii) Pedir prévia autorização ao Juízo em relação a todos os empréstimos que vierem a ser tomados junto a instituições financeiras;

(iii) Apresentar mensalmente ao Ministério Público Federal planilha descritiva dos mútuos que venham a ser eventualmente celebrados pela Companhia;

(iv) Abster-se de realizar patrocínios e pagamentos de serviços de consultoria de publicidade sem que haja prévia autorização judicial; e

(v) Aderir às diretrizes do Código Brasileiro de Governança Corporativa para Companhias abertas, bem como comprometer-se a observar as normas do padrão ISO 19600 (implementação, avaliação, manutenção e melhoria do sistema de gestão de Compliance), no que for aplicável, e ISO 37001 (sistema de gestão antissuborno), quando disponível.

1. Informações gerais e contexto operacional--Continuação

1.3. Operação Greenfield--Continuação

Anteriormente à decisão judicial acima referida, a Diretoria da Companhia aprovou, em 29 de setembro de 2016, a contratação da BDO RCS Auditores e Consultores Ltda., ("BDO") para realizar o processo de investigação independente sobre as contas da Companhia e suas investidas dos exercícios de 2015 e 2016 (FASE I), e sobre as contas dos exercícios de 2008 a 2014 (FASE II). Este trabalho teve por objetivo realizar a investigação forense visando obter informações sobre possíveis não conformidades e/ou eventuais ilicitudes e/ou fraudes relacionadas à contratação de fornecedores de bens ou serviços no período.

O trabalho consistiu na coleta e tratativa de dados de pessoas jurídicas e pessoas físicas predefinidas pela BDO.

O escopo de Inteligência Corporativa contemplou a revisão de Integrity Due Diligence (IDD) dos fornecedores selecionados com objetivo de: (i) identificar a idoneidade e reputação dos fornecedores; (ii) identificar se há algum tipo de vínculo entre os fornecedores e nomes de envolvidos em algum tipo de esquema de corrupção; (iii) identificar possíveis conflitos de interesse entre os fornecedores e profissionais da Companhia e suas respectivas subsidiárias.

Em dezembro de 2017, foram finalizados os trabalhos em campo e em março de 2018 a Companhia recebeu o relatório final, sem novos assuntos relevantes que já não haviam sido anteriormente identificados nas demonstrações financeiras.

O relatório final da investigação independente, contratado pela Companhia, foi apresentado, em 3 de setembro de 2018 ao Ministério Público Federal.

Em 23 de novembro de 2017, a Companhia formalizou a contratação da Kroll Associates Brasil Ltda. ("Kroll") para realizar uma auditoria independente de usos e fontes, em conjunto com a Campos Inovação Engenharia & Construção Ltda., com o objeto de prestação dos serviços de análise financeira e técnica, com a intenção de avaliar e validar os recursos investidos e aplicados na Companhia, bem como a aplicação destes recursos abrangendo, mas não se limitando a, aplicações em projetos, eventuais mútuos, *equity* e dívida comercial. O período de análise avaliado foi de janeiro de 2006 a setembro de 2017.

1. Informações gerais e contexto operacional--Continuação

1.3. Operação Greenfield--Continuação

Os trabalhos de auditoria independente de usos e fontes, foram concluídos e seu relatório emitido julho de 2018, sem novos assuntos relevantes que já não haviam sido anteriormente identificados nas demonstrações financeiras. O relatório final da auditoria independente de usos e fontes, contratado pela Companhia, foi apresentado, em 31 de julho de 2018 ao Ministério Público Federal e ao juiz federal nos autos que tramitam na 10ª Vara Criminal da Subseção Judiciária do Distrito Federal.

Importante mencionar que a Companhia está cumprindo todas as determinações da decisão do juiz da 10ª Vara Criminal Federal de Brasília, tendo, inclusive, implementado um programa de Compliance, com o intuito de buscar as boas práticas e padrões atualmente existentes, maior transparência e fortalecimento de seus controles internos. O Programa de Compliance da Companhia está alicerçado nas melhores práticas de mercado observando os seguintes quesitos:

- ISO 19.600 - Sistema de Gestão de Compliance;
- ISO 37.001 - Sistema de Gestão Antissuborno; e,
- Lei nº 12.846/2013 - Lei Anticorrupção.

Durante o período, findo em 31 de dezembro de 2019, houve a confirmação de denúncias criminais, as quais se tornaram processos criminais para apurar e, eventualmente, punir criminalmente os denunciados. Adicionalmente, o MPF (Ministério Público Federal) também iniciou uma Ação Civil Pública de Improbidade (ACP) para determinadas pessoas físicas e jurídicas. Importante frisar a Companhia não foi arrolada em nenhuma das ações criminais ou na ACP. Desta forma, não se encontra no polo passivo e aguarda, apenas para fins de acompanhamento regular, a conclusão final do processo no judiciário.

Durante o exercício, findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia peticionou nos autos solicitando a retirada de todas as determinações da medida cautelar em decisão emitida pelo Juiz Dr. Vallisney de Souza Oliveira proferida em 15/12/2016. A fundamentação foi que a Companhia não figurou como parte em nenhuma das ações criminais e a ACP, de forma que, tecnicamente, não deveriam prevalecer cautelares que foram iniciadas nos inquéritos que já foram concluídos. Adicionalmente, a Companhia vem cumprindo há 4 anos rigorosamente todas as determinações. Os autos estão conclusos para decisão, sendo que não houve novos desenvolvimentos deste tema.

1.4. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo individual de R$283.539 (R$225.703 em 31 de dezembro de 2019) e consolidado de R$333.029 (R$268.869 em 31 de dezembro de 2019) decorrente, principalmente, dos prejuízos acumulados de R$1.683.283 (R$1.625.447 em 31 de dezembro de 2019), e capital circulante líquido negativo individual de R$27.640 (R$26.756 em 31 de dezembro de 2019) e consolidado de R$1.155.482 (R$1.309.125 em 31 de dezembro de 2019), em virtude, dentre outros motivos, da reclassificação de parcela do endividamento da Companhia e da controlada indireta RAESA para o passivo circulante, em razão de pendências relacionada às dívidas, mas que não refletem em compromisso de caixa de curto prazo da Companhia e de suas controladas, devido a Companhia já estar em tratativas para regularização.

O endividamento da Companhia é preponderantemente contratado com partes relacionadas, as quais acordaram, por meio do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1, a converter parcela significativa do endividamento das subsidiárias da Companhia em capital da Mesa Participações S.A. ou da própria Companhia, e alongar as amortizações para o longo prazo.

As subsidiárias operacionais da Companhia possuem contratos firmados de compra e venda de energia elétrica de longo prazo. Dessa forma, a Companhia entende que seu risco de descontinuidade é remoto. Assim, estas informações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações.

A Direção da Companhia está atuando fortemente junto aos seus credores para realizar o reperfilamento das dívidas, no intuito de equacionar a estrutura do endividamento da Companhia e suas controladas. Adicionalmente, está acompanhando as tratativas entre os acionistas com relação à conversão das dívidas em capital.

Acerca do contexto atual, em relação a situação da pandemia do COVID-19, a Companhia continua empenhada em seus melhores esforços e mantém o seu planejamento de renegociação das dívidas junto aos seus credores. Até a data de apresentação destas informações contábeis individuais e consolidadas não prevê impactos significativos que pudessem vir a modificar seus planos (tópico a seguir).

1.5. Contexto pandemia COVID-19

A Administração da Companhia vem acompanhando atentamente as informações da Organização Mundial da Saúde (OMS) bem como do Ministério da Saúde do Brasil e as notícias acerca do Coronavírus, assim como as relações dos mercados em razão da expectativa de desaquecimento da economia global.

Visto o contexto o qual a Multiner e suas controladas estão inseridas, não foi observado, até o momento, impacto relevante, riscos ou incertezas nos negócios da Companhia e de

1. Informações gerais e contexto operacional--Continuação

1.5. Contexto pandemia COVID-19--Continuação

suas controladas. Embora não seja possível, no cenário atual, prever com exatidão a extensão, severidade e duração dos impactos, a Administração entende que até a data de apresentação destas informações contábeis, não foram identificados impactos significativos que pudessem modificar suas premissas de negócios e a mensuração de seus ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020.

Entretanto, a Companhia empenhando os seus melhores esforços para prover informações que espelhem a realidade, estruturou um Plano de Resiliência criando um Comitê de Crise a fim de avaliar continuamente a evolução da pandemia do COVID-19, os efeitos de possíveis impactos e medidas necessárias para prevenção e preservação, além de monitorar as determinações tomadas pelas autoridades competentes.

As primeiras medidas do Plano de Resiliência da Companhia tiveram início em março de 2020, dentre as ações adotadas destacam-se:

(i) Regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilitou esta modalidade de trabalho;

(ii) Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento de colaboradores com turnos alternados para evitar desta forma exposição a aglomerações;

(iii) Suspensão de todas as viagens por período indeterminado, sendo avaliado exceção para casos de extrema necessidade;

(iv) Atendimento aos protocolos sanitários determinados pela OMS e pelas autoridades locais competentes.

(v) Intensificação no Diálogo Diário de Segurança (DDS) das necessidades para contenção da disseminação da COVID-19 nas unidades operacionais.

No que tange a gestão de caixa, foi estruturado um plano de ação que buscou pela redução e renegociação de despesas gerenciáveis, visando a preservação do caixa da Companhia e suas controladas. Outras ações foram estudadas e somente serão adotadas caso haja vista alguma inadimplência por parte dos contratos de seus clientes.

No âmbito fiscal a Companhia e suas controladas aderiram as medidas propostas pelo governo, que pudessem vir a ser implementadas, dentre elas, Medida Provisória nº 927/2020 e a Portaria nº 139/2020.

1. Informações gerais e contexto operacional--Continuação

1.5. Contexto pandemia COVID-19--Continuação

No âmbito financeiro os financiamentos junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), da controlada NEO, tiveram enquadramento automático para suspensão das parcelas, compreendidas entre maio à dezembro de 2020, devido a Portaria nº 1.183 de 23 de abril de 2020 do Ministério do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, que reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Norte, aliado ao artigo 2º da Resolução nº 4.798 do Banco Central do Brasil. Os pagamentos suspensos serão incorporados ao saldo de principal e redistribuídos as demais parcelas, não havendo penalidades ou quaisquer alterações nas condições de taxa de juros e prazos de vencimentos dos contratos de financiamentos.

Importante destacar que a evolução da pandemia está em constante movimento e que as avaliações estão sendo atualizadas periodicamente pelo Comitê e Direção da Companhia, que poderão vir a adotar novas medidas preventivas, se necessário.

Adicionalmente, a Companhia implementou, em outubro de 2020, o Plano de Retomada Consciente das atividades presenciais, com responsabilidade na segurança e atendimento às orientações e determinações dos órgãos locais competentes, para os colaboradores que se encontravam exclusivamente na modalidade de teletrabalho.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As práticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão apresentadas nesta seção.

Práticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.

Ressalta-se, ainda, que as práticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à controladora e controladas, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para atender este critério.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais-- Continuação

Declaração de conformidade e base de preparação

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes estão sendo evidenciadas nas demonstrações financeiras e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*.

Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, pelas opções de ações outorgadas e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

Em 31 de março de 2021, o Conselho de Administração se manifestou favorável a divulgação destas demonstrações financeiras e subsequente encaminhamento para apreciação na Assembleia de Acionistas.

As informações apresentadas evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Companhia.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais--Continuação

Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

Todos os valores apresentados nestas informações estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Os dados não financeiros, tais como volumes e outros números operacionais, não foram objeto de revisão dos auditores independentes.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis.

3. Entidades do Grupo

As informações contábeis consolidadas compreendem as informações da Companhia e de suas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo”), a seguir relacionadas:

	Participação acionária	
	31/12/2020	**31/12/2019**
New Energy Options Geração de Energia S.A. (“NEO”)	**80,00%**	80,00%
2007 Participações S.A.	**96,04%**	96,04%
Termelétrica Itapebi S.A.	**100,00%**	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	**100,00%**	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	**100,00%**	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	**100,00%**	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	**100,00%**	100,00%

3. **Entidades do Grupo**--Continuação

Controladas indiretas

A Companhia possui controle indireto sobre a Rio Amazonas Energia S.A. ("RAESA") através do investimento em sua *holding* 2007 Participações S.A., que, por sua vez, detém 99,99% de participação acionária na RAESA em 31 de dezembro de 2020. Assim, a participação acionária indireta da Companhia na RAESA é de 96,03% em 31 de dezembro de 2020.

Controlada em conjunto ("joint ventures")

Participação contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, conforme demonstrado a seguir:

	Participação acionária	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Companhia Energética do Uruguai S.A. - ("CEU")	**71,00%**	71,00%

Apesar da Companhia possuir a maior parte das ações com direito de voto na CEU, a Companhia não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais dessa investida, em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia aplica o CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, CPC 36 - Demonstrações Consolidadas e ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

A CEU possui sede localizada na Avenida Almirante Barroso, nº 52, centro, cidade do Rio de Janeiro/RJ. Seu objeto social consiste em desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, entre outros.

A empresa é a desenvolvedora do projeto UHE (Usina Hidroelétrica) IRAÍ, ou seja, ela tem a autorização da ANEEL para realizar os estudos de viabilidade técnica, socioambiental para a implantação de uma UHE nas margens do Rio Uruguai. A CEU está em fase de conclusão do projeto e o mesmo será apresentado para ANEEL.

A posição patrimonial da respectiva investida está demonstrada na Nota Explicativa nº 14.

4. Políticas contábeis e estimativas

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Ativos e passivos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e transações com partes relacionadas, conforme descrito na Nota Explicativa nº 31.

ii) *Passivos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, transações com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 31.

A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos.

4. **Políticas contábeis e estimativas**--Continuação

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Vide Nota Explicativa nº 6 para maiores detalhes do caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor, resgatável junto ao próprio emissor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia e suas controladas estão classificados como valor justo, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 31.

c) Estoque

O estoque consiste, basicamente, em peças de reposição importadas para o maquinário de operação da controlada indireta RAESA e peças de reposição para os aerogeradores da controlada NEO e são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide Nota Explicativa nº 17). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos estoques com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada quando: (i) tenham expirado a data de validade; ou (ii) materiais ou bens que não atendem à especificação. Essa classificação é feita pela Companhia anualmente com o apoio da equipe técnica de operações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve necessidade de constituição de provisão para obsolescência e/ou constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos estoques.

4. **Políticas contábeis e estimativas**--Continuação

d) Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimento controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (vide Nota Explicativa nº 14).

Uma Coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo exerce influência significativa. Influência significativa é o poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto destas políticas.

Operação em conjunto (ou *joint venture*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Estas partes são denominadas de operadores em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

A soma da participação da Companhia nos resultados de uma coligada ou *joint venture* é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado após os tributos e as participações de não controladores nas controladas da coligada ou *joint venture*.

As demonstrações financeiras da coligada ou *joint venture* são elaboradas para o mesmo período de divulgação. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as da Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento em sua coligada ou *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada ou *joint venture* sofreu perda por redução ao valor recuperável.

Ao perder influência significativa sobre a coligada ou controle conjunto sobre a *joint venture*, a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil da coligada ou *joint venture*, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

4. **Políticas contábeis e estimativas**--Continuação

e) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relativos à aquisição ou construção dos ativos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A taxa de depreciação dos itens do ativo imobilizado, está baseada no tempo de vida útil estimado pela Companhia e suas controladas.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

4. **Políticas contábeis e estimativas**--Continuação

g) Propriedades para investimento

Os saldos registrados como propriedades para investimento referem-se a terrenos adquiridos para investimentos futuro em novos negócios do ramo de geração de energia e são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento.

Adicionalmente, o valor justo, que reflete as condições de mercado na data encerramento do balanço é divulgado conforme descrito na Nota Explicativa nº 12.

h) Provisão de redução ao provável valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos não circulantes com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor de uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda é reconhecida, na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

i) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulante e não circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

4. **Políticas contábeis e estimativas**--Continuação

j) Arrendamentos

Arrendador

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseado na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se esse ativo (ou esses ativos) não estiver (em) explícito(s) no contrato.

Num arrendamento mercantil financeiro, substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal são transferidos pelo arrendador e, portanto, os pagamentos do arrendamento mercantil a serem recebidos são tratados pelo arrendador como amortização de capital e receita financeira para reembolsá-lo e recompensá-lo pelo investimento e serviços.

Como resultado, os referidos custos devem ser excluídos do investimento líquido no arrendamento mercantil e devem ser reconhecidos como despesa quando o lucro da venda for reconhecido. Normalmente, em um arrendamento mercantil financeiro, esse lucro é reconhecido no começo do prazo do arrendamento mercantil. O reconhecimento da receita financeira baseia-se no padrão que reflita a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido do arrendador no arrendamento mercantil financeiro.

Um arrendador tem como meta apropriar a receita financeira durante o prazo do arrendamento mercantil em base sistemática e racional. Essa apropriação da receita baseia--se no padrão que reflete o retorno periódico constante sobre o investimento líquido do arrendador. Os pagamentos do arrendamento mercantil relacionados ao período, excluindo custos de serviços, devem ser aplicados ao investimento bruto no arrendamento mercantil para reduzir tanto o principal quanto as receitas financeiras não realizadas.

Os equipamentos e edificações pertencentes à controlada indireta RAESA se caracterizam como um arrendamento mercantil financeiro, considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas Energia” ou “Amazonas”), sucessora da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. conforme cessão de posição contratual comunicada à RAESA em 3 de dezembro de 2018, se enquadra nos aspectos exigido pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7% a.a., de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos das usinas, maior detalhe vide Nota Explicativa nº 11.1.

4. **Políticas contábeis e estimativas**--Continuação

j) Arrendamentos--Continuação

Arrendador--Continuação

Os valores residuais não garantidos estimados, usados no cálculo do investimento bruto do arrendador em arrendamento mercantil, são revisados regularmente. Se tiver ocorrido redução no valor residual estimado não garantido, a apropriação da receita durante o prazo do arrendamento mercantil é revista e qualquer redução relacionada a valores apropriados é imediatamente reconhecida.

Arrendatário

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso do ativo. A caracterização de um contrato como um arrendamento mercantil está baseado na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização do ativo (ou ativos) específico(s) e o contrato transferir o direito de uso do ativo (ou ativos), mesmo se esse ativo (ou esses ativos) não estiver (em) explícito(s) no contrato.

A Companhia reconhece e mensura todos os contratos identificados como contendo um ativo de arrendamento, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamento de arrendamento e ativos de direito de uso que representa o direito de uso dos ativos subjacentes conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.2.

k) Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações monetárias e cambiais incorridas ou deduzidos de provisão para perda e, se aplicável, ajuste a valor presente.

l) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

4. **Políticas contábeis e estimativas**--Continuação

l) Fornecedores--Continuação

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente devido ao curto prazo de pagamento.

m) Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (regime cumulativo) e 1,65% (regime não cumulativo), sobre venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (regime cumulativo) e 7,60% (regime não cumulativo) sobre a venda de energia elétrica e prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços: o ICMS é aplicado de acordo com os clientes a serem faturados: diferimento no caso de geração ou distribuição e faturamento com a alíquota interna para os demais clientes.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações financeiras.

n) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo

4. **Políticas contábeis e estimativas**--Continuação

n) Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Companhia e suas controladas estão inseridas no regime tributável Lucro Real, desta forma, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável.

o) Reconhecimento de receita das investidas

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade e é apresentada líquida de impostos, das devoluções, dos abatimentos e descontos. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

Receita de arrendamento mercantil

O reconhecimento do arrendamento mercantil da controlada indireta RAESA se enquadra nos aspectos exigidos pela norma contábil, remunerado pela taxa de retorno de 7% a.a., de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos da usina. A Companhia entende que essa receita financeira é caracterizada como receita operacional da sua controlada indireta RAESA, apresentadas nestas demonstrações financeiras consolidadas.

Os valores residuais não garantidos estimados, usados no cálculo do investimento bruto do arrendador em arrendamento mercantil, devem ser revisados regularmente. Se tiver ocorrido redução no valor residual estimado não garantido, a apropriação da receita durante o prazo do arrendamento mercantil deve ser revista e qualquer redução relacionada a valores apropriados deve ser imediatamente reconhecida.

4. **Políticas contábeis e estimativas**--Continuação

p) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em função de um evento passado, e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo a despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para demandas judiciais e outros

A Companhia e suas controladas são parte de diversos processos judiciais e administrativos, conforme Nota Explicativa nº 24. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e outros para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para perda de investimentos

A provisão para perda de investimentos é reconhecida com base no patrimônio líquido da investida para cobrir as perdas permanentes na realização do investimento. A provisão para perda de investimentos apresentada nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas refere-se ao resultado acumulado de perdas por equivalência patrimonial, conforme Nota Explicativa nº 14.

q) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

4. Políticas contábeis e estimativas--Continuação

r) Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como circulante se é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, caso contrário será registrado como não circulante.

s) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotam premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias.

As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. Modificações nas estimativas são tratadas prospectivamente. As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

4. Políticas contábeis e estimativas--Continuação

s) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Vida útil dos bens do ativo imobilizado

A Companhia e suas controladas utilizam como base para taxa de depreciação, a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado. Consequentemente os valores residuais dos bens do imobilizado resultam da aplicação das vidas úteis definidas pela ANEEL, estando em linha com as expectativas de utilização e geração de benefícios econômicos de tais ativos.

t) Informação por segmento

A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, na condição de produtor independente, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME. A Companhia possui atualmente um portfólio com 236,8 MW de capacidade instalada própria, distribuída em três usinas em operação, sendo uma termelétrica operada pela RAESA e duas eólicas operadas pela NEO.

A Direção da Companhia, responsável por revisar regularmente as informações financeiras, de forma a alocar os recursos e analisar o desempenho da Companhia, utiliza informações por segmento para suas análises:

Entidade	Segmento
UTE Cristiano Rocha (“RAESA”)	Fonte térmica
Parque Alegria I e Alegria II (“NEO”)	Fonte eólica
Itapebi	Outorga revogada
Monte Pascoal	Outorga revogada
Pernambuco IV	Outorga revogada
Termopower V	Outorga revogada
Termopower VI	Outorga revogada
Multiner S.A.	Corporativo

As despesas corporativas e eliminações para o consolidado foram apresentadas em uma única coluna.

Determinados saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram reclassificados entre linhas para melhor apresentação e comparação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

5. Novos pronunciamentos, interpretações e orientações

Não existem outras normas ou interpretações novas e alteradas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Companhia, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia em 31 de dezembro de 2020.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Bancos	**1**	2	**1.915**	1.241
Aplicações financeiras (i)	**1.354**	840	**119.486**	100.961
Total	**1.355**	842	**121.401**	102.202

(i) As aplicações financeiras estão concentradas em Certificados de Depósito Bancário ("CDBs") e Fundos de Investimento de Renda Fixa e são remuneradas a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interfinanceiro ("CDI"), sendo resgatáveis a qualquer momento sem perda de rendimento com o próprio emissor. Essas aplicações são remuneradas a taxas de 90% a 119% da CDI em 31 de dezembro de 2020 (90% a 105% da CDI em 31 de dezembro de 2019).

7. Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Amazonas Energia (i)	**32.440**	29.801
(-) Glosa de receita - indisponibilidade de motor	**(1.450)**	(87)
Conta de Consumo de Combustível - CCC (ii)	**18.919**	19.816
Centrais Elétricas Brasileiras (iii)	**18.433**	27.735
Outras contas a receber	**4.990**	3.016
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (iv)	**(16.176)**	(2.916)
Total	**57.156**	77.365
Circulante	**57.156**	57.549
Não circulante	**-**	19.816

(i) Recebimentos da controlada indireta RAESA referem-se ao faturamento de novembro e dezembro de 2020 a serem liquidados em janeiro e fevereiro de 2020, respectivamente.

(ii) O montante de R$18.919 em 31 de dezembro de 2020 (R$19.816 em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos ressarcimentos da Conta Consumo de Combustível Isolado (CCC - Isol), controlada anteriormente pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e atualmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que efetua o pagamento do combustível utilizado pela RAESA, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais preestabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas.

(iii) Recebimentos da controlada direta NEO referem-se ao faturamento de novembro e dezembro de 2020 a serem liquidados em janeiro e fevereiro de 2020, respectivamente.

(iv) Com base em análise efetuada para o período findo em 31 de dezembro de 2020, houve necessidade de constituir provisão para as contas a receber consolidado da Companhia para fazer face a eventuais créditos de liquidação duvidosa. O saldo, substancialmente, refere-se aos ressarcimentos da Conta de Consumo de Combustível utilizado pela RAESA. A Companhia possui causa ativa ajuizada para tais créditos, o processo foi julgado procedente e continua com os autos aguardando conclusão.

8. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Fornecedores nacionais (i)	**10**	21	**3.658**	3.791
Fornecedores internacionais	**-**	-	**1.145**	1.105
Outros fornecedores	**-**	3	**12**	7
Total	**10**	24	**4.815**	4.903

(i) Do montante total consolidado o valor de R$2.698 em 31 de dezembro de 2020 (R$3.700 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a adiantamento para a BR Distribuidora referente a aquisição de óleo combustível utilizado pela UTE Cristiano Rocha.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
IRPJ (i)	**601**	636	**74.672**	65.014
CSLL (i)	**341**	526	**19.397**	17.896
COFINS	**34**	-	**23.585**	39.965
PIS	**8**	-	**5.903**	10.127
Outros impostos a recuperar	**-**	148	**771**	1.709
Total	**984**	1.310	**124.328**	134.711
Circulante	**61**	185	**41.911**	44.444
Não circulante	**923**	1.125	**82.417**	90.267

(i) Os saldos apresentados referem-se a saldo negativo de IRPJ e CSLL, substancialmente, das competências de 2009 a 2018 da investida RAESA. A Companhia concluiu o processo de análise, solicitou restituição dos valores através de PER/DCOMP para Receita Federal do Brasil (RFB) dos períodos de 2009 a 2015. Os pedidos de restituição encontram-se em andamento.

10. Partes relacionadas

10.1. Remuneração de pessoal-chave da Administração

O impacto da remuneração no resultado estabelecido aos Administradores da Companhia está apresentado na tabela a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Administradores (pró-labore)	**1.997**	1.611
Conselho de Administração e Fiscal	**1.158**	951
Total	**3.155**	2.562

10.2. Mútuos com partes relacionadas

a) Saldos ativos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Saldo a receber:				
Eólica Adm. e Part. Ltda. ("Eólica")	**95.949**	95.949	**95.949**	95.949
Cia. Energética do Uruguai S.A. ("CEU")	**19.256**	19.256	**19.256**	19.256
2007 Participações S.A.	**92**	92	**-**	-
Bolognesi Energia S.A. ("Bolognesi Energia") (i)(a)	**278.323**	278.323	**278.323**	278.323
Bolognesi Energia S.A. ("Bolognesi Energia") (i)(b)	**46.294**	46.294	**46.294**	46.294
New Energy Options S.A.	**18.263**	18.473	**-**	-
Rio Amazonas Energia S.A.	**86**	836	**-**	-
Central Energética Palmeiras S.A. ("CEPASA")	**65.158**	65.158	**65.158**	65.158
Termelétrica Pernambuco III S.A. ("Pernambuco III")	**33.126**	33.126	**33.126**	33.126
	556.547	557.507	**538.106**	538.106
Provisão para valor recuperável:				
Eólica	**(55.722)**	(55.722)	**(55.722)**	(55.722)
Bolognesi Energia	**(30.104)**	(30.104)	**(30.104)**	(30.104)
Outras empresas do Grupo	**(3.001)**	(3.001)	**(3.001)**	(3.001)
Total	**(88.827)**	(88.827)	**(88.827)**	(88.827)
Total	**467.720**	468.680	**449.279**	449.279

(i) A composição dos valores registrados para a Bolognesi Energia S.A. são conforme segue:

	31/12/2020	**31/12/2019**
Assunção de dívida Pernambuco III (a)	**144.676**	144.676
Juros e IOF (a)	**133.647**	133.647
Assunção de dívida antigos sócios (b)	**22.283**	22.283
Juros e IOF (b)	**24.011**	24.011
Total	**324.617**	324.617

10. Partes relacionadas--Continuação

10.2. Mútuos com partes relacionadas--Continuação

(a) No decorrer dos exercícios de 2012 e 2013, a Multiner S.A. enviou recursos financeiros para Pernambuco III, com garantia fidejussória de Bolognesi Energia S.A., os quais foram aplicados na construção da Usina Termelétrica Pernambuco III. Em 22 de março de 2013, a Bolognesi Energia S.A. assumiu a dívida da Usina Termelétrica Pernambuco III com a Companhia, de modo a viabilizar a captação de recurso via emissão de debêntures. Em 2015, a aplicação do recurso foi objeto de auditoria por empresa especializada contratada pelo FIP Multiner que validou a destinação dos recursos.

Esse valor acrescido de juros deveria ter sido utilizado no momento da capitalização indireta da Mesa S.A., conforme cláusula 2.2.2.1 do 1º Aditivo ao Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, assinado em 14 de julho de 2014, desde que cumprida as condições prévias ali expostas. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em discussão na arbitragem instaurada em 19 de dezembro de 2017, submetida à Câmara CIESP conforme Nota Explicativa nº 1.1.

Cabe destacar ainda que, sobre o montante, houve a incidência de Imposto sobre Operação Financeira (IOF), os quais foram devidamente registrados e recolhidos.

(b) A parcela relacionada à assunção de dívida antigos sócios corresponde ao passivo assumido pela Bolognesi Energia S.A. Esse valor era devido anteriormente pelos antigos controladores da Multiner, quando da aquisição da participação acionária da Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A. e Companhia de Investimento Resultado.

b) Saldos passivos

	Controladora	
	31/12/2020	**31/12/2019**
New Energy Options Gerção de Energia S.A.	**1.696**	-
Rio Amazonas Energia S.A. (i)	**9.704**	-
Total	**11.400**	-

(i) A composição dos valores apresentados referem-se R$8.471 a transações de mútuos realizados, conforme aprovado na previsão orçamentária para o exercício de 2020. Tais transações possuem vigência máxima de dois anos e são remuneradas a 105% do CDI, conforme negociação específica entre as partes. O saldo remanescente refere-se a ajustes de despesas do contrato de compartilhamento do período.

c) Reconhecimento de juros na demonstração do resultado

(Despesa) - receita

	Controladora	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Rio Amazonas Energia S.A.	**(122)**	96
Total	**(122)**	96

10. Partes relacionadas--Continuação

10.2. Mútuos com partes relacionadas--Continuação

c) Reconhecimento de juros na demonstração do resultado--Continuação

(Despesa) - receita--Continuação

A Companhia deixou de remunerar as transações entre partes relacionadas referentes aos saldos ativos em aberto devido à não previsão de sua realização até a presente data, dado que, tais saldos se encontram em processo de negociação. Contudo, resguarda o seu direito de pleitear a totalidade dos créditos que estão em discussão, inclusive os juros conforme previsão contratual, independentemente do seu tratamento contábil.

A Companhia mantém provisão para perda ao valor recuperável equivalente às estimativas de perdas de créditos esperadas para parcela dos ativos em negociação e em processo de arbitragem, uma vez que, seu desfecho é incerto. Estas estimativas são reavaliadas periodicamente pela Companhia para garantir que os impactos sejam apropriadamente refletidos em suas demonstrações financeiras.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu provisão para perda ao valor recuperável, equivalente à diferença dos saldos ativos aos saldos passivos, já que não há previsão de efeito caixa, em discussão no Procedimento Arbitral CMA 520 instaurado para resoluções e entendimento de obrigações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia, conforme descrito na Nota Explicativa n° 1.1. Até o momento, a Companhia não vislumbra qualquer impacto financeiro com desembolso de caixa, tendo em vista que a totalidade do saldo credor das dívidas conversíveis (demonstrado na Nota Explicativa n° 22) deverá ser compensado com o saldo em aberto do crédito relativo ao mútuo assumido pela Bolognesi Energia da Pernambuco III (vide nota (i) item (a) acima). Desta forma, para efeito nas demonstrações financeiras, a Companhia está limitando o recebimento dos ativos aos passivos.

A partir da decisão arbitral, será possível avaliar as medidas que devem ser tomadas, para solucionar o Contrato de Reorganização e suas obrigações acessórias diretamente atreladas, bem como o reflexo tempestivo nas demonstrações financeiras.

10. Partes relacionadas--Continuação

10.2. Mútuos com partes relacionadas--Continuação

c) Reconhecimento de juros na demonstração do resultado--Continuação

(Despesa) - receita--Continuação

Adicionalmente, o saldo das transações junto à Eólica não foi remunerado no período devido a tratativas para fins de obter uma solução para as divergências que possuem em relação aos mútuos em aberto, originados da capitalização da NEO, realizada pela Multiner em nome da Eólica, com fundamento na cláusula 11.3 do Acordo de Acionistas. Neste sentido, a Multiner e a Eólica, ambas acionistas e signatárias do Acordo de Acionistas da NEO, firmaram em 19 de dezembro de 2018 o Memorando de Entendimentos ("MDE Eólica") com prazo de 180 dias, aditado devido à necessidade de tempo adicional para a negociação. Tendo em vista que o prazo do MDE firmado junto a Eólica expirou, e que as tratativas de forma a buscar uma solução consensual não foram concluídas, a Companhia requereu em 08 de maio de 2020, o Procedimento Arbitral 146/2020 a fim de buscar uma solução para as divergências entre as partes.

Contudo, em 22 de setembro de 2020 as partes (Multiner, Eólica e NEO) assinaram um Term Sheet através do qual estabeleceram um standstill, pelo período de 45 dias, se comprometendo, em conjunto, a suspender o procedimento arbitral e não notificar ou realizar ou iniciar qualquer novo procedimento judicial ou extrajudicial entre si até a conclusão da negociação dos termos. Devido ao prazo expirado, as partes em comum acordo, estabeleceram prorrogar o prazo de vigência conforme descrito na Nota Explicativa n° 34.

Não obstante essas informações, a Companhia mantém o recolhimento dos impostos incidentes para todas as transações entre as partes relacionadas, conforme legislação vigente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia recebeu recursos da controlada NEO e da controlada indireta RAESA referentes ao contrato de rateio de despesas celebrado entre as partes. Os montantes recebidos contemplam à alocação de despesas de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, entre outros). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía saldos em aberto a receber no montante de R$549 referente ao contrato de rateio de despesas. O efeito das despesas reembolsadas no resultado da Companhia para o período foi de R$9.973.

10. Partes relacionadas--Continuação

10.2. Mútuos com partes relacionadas--Continuação

c) Reconhecimento de juros na demonstração do resultado--Continuação

(Despesa) - receita--Continuação

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a controlada NEO efetuou pagamentos à Eólica Tecnologia Ltda. e ao Sr. Everaldo Feitosa, que são consideradas partes relacionadas à Companhia, no montante de R$1.128. Os pagamentos efetuados referem-se a arrendamentos de terrenos onde estão instalados parte dos aerogeradores e linha de transmissão do Parque Alegria I (R$408) e a prestação de serviços de manutenção e correção preventiva aplicada nas UEEs Alegria I e Alegria II (R$720).

11. Arrendamento

11.1. Arrendamento a receber - arrendador

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento e com a ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, os equipamentos e edificações da controlada indireta RAESA se caracterizam como um arrendamento mercantil financeiro, considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. (“Amazonas Energia”), sucessora conforme cessão contratual, da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., ambas subsidiárias da Eletrobras, se enquadram nos aspectos exigidos pela norma contábil, remunerados pela taxa de retorno de 7% a.a., de acordo com a projeção do valor presente dos recebimentos futuros, descontados dos custos fixos da usina.

A seguir, os critérios utilizados para embasar a operação como arrendamento mercantil:

(i) A Amazonas Energia possui capacidade operacional, porém, seu direito de exercê-lo só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, ao final do contrato;

(ii) Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário Amazonas Energia sem qualquer indenização ou pagamento devido; e

(iii) O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deve ser única e exclusivamente para a Amazonas Energia.

11. Arrendamento--Continuação

11.1. Arrendamento a receber - arrendador--Continuação

Os recebimentos mínimos futuros ajustados a valor presente, reconhecidos como arrendamento mercantil, são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Até 1 ano	**18.701**	17.487
Acima de 1 ano até 5 anos	**111.825**	106.884
Acima de 5 anos	**-**	23.486
Total	**130.526**	147.857
Circulante	**18.701**	17.487
Não circulante	**111.825**	130.370

A movimentação da conta durante o período foi como segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Saldo em 1 de janeiro	**147.857**	163.923
Adições	**176**	296
Receita financeira (Nota Explicativa n° 28)	**9.505**	10.633
Amortização (Nota Explicativa n° 25)	**(27.012)**	(26.995)
Saldo em 31 de dezembro	**130.526**	147.857

11.2. Arrendamento mercantil - arrendatário

A Companhia possui contratos de arrendamentos referente a locação de terrenos onde estão instalados os aerogeradores dos parques eólicos Alegria I e Alegria II e arrendamentos de imóveis, equipamentos de informática e veículos.

Os valores referentes ao reconhecimento inicial do direito de uso dos ativos arrendados e das obrigações assumidas para os contratos de arrendamento mercantil, referente as movimentações para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão demonstrados a seguir:

Direito de uso	**Controladora**	**Consolidado**
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	2.824	18.094
Amortização	(445)	(1.535)
Remensuração	414	(379)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.793	16.180
Adoção inicial	**-**	**718**
Amortização	**(422)**	**(1.888)**
Remensuração	**(1.875)**	**1.465**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**496**	**16.475**

11. Arrendamento mercantil--Continuação

11.2. Arrendamento mercantil - arrendatário--Continuação

Arrendamento a pagar	Controladora	Consolidado
Adoção inicial em 1º de janeiro de 2019	2.824	18.094
Variação monetária/juros	282	1.908
Pagamentos	(568)	(2.748)
Remensuração	414	(379)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.952	16.875
Adoção inicial	**69**	**787**
Variação monetária/juros	**133**	**2.799**
Pagamentos	**(498)**	**(3.404)**
Remensuração	**(2.084)**	**804**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**572**	**17.861**
Circulante	**448**	**1.345**
Não circulante	**124**	**16.516**

Para determinação do valor justo dos contratos de arrendamentos de terrenos e imóveis da Companhia e suas investidas, aplicou-se a taxa de desconto de 17,27% a.a., pois a taxa de juros não se encontra explícita nas informações disponíveis em contrato. Adicionalmente, para os contratos de arrendamento de terrenos e imóveis a Companhia considerou como prazo o período de término dos contratos, sendo para os terrenos do complexo eólico, em sua maioria, possuem prazo findo em 2030, e para arrendamento de imóvel prazo findo em 2022.

Os futuros pagamentos mínimos de arrendamento compreendem os montantes devidos pela Companhia ao arrendador pela obrigação oriunda da transferência do direito de uso do ativo durante o prazo de arrendamento, em 31 de dezembro de 2020 são conforme segue:

	Controladora			
31 de dezembro de 2020	**Fluxo contratado**	**Até 12 meses**	**De 2 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Passivo de arrendamento	**572**	**448**	**124**	**-**

	Consolidado			
31 de dezembro de 2020	**Fluxo contratado**	**Até 12 meses**	**De 2 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Passivo de arrendamento	**17.861**	**1.345**	**4.486**	**12.030**

A Companhia aplicou a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo, ou seja, arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenha opção de compra para o ativo arrendado. Também aplicou a isenção para arrendamentos que possuem baixo valor por conjunto de bens arrendados.

11. Arrendamento mercantil--Continuação

11.2. Arrendamento mercantil - arrendatário--Continuação

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante consolidado reconhecido como despesas de arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de baixo valor foi de R$401 (R$388 em 31 de dezembro de 2019) e referem-se aos arrendamentos de máquinas e equipamentos, equipamentos de informática e veículos.

12. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento da Companhia consistem em terrenos, no município de Sapeaçu/BA e Cabo de Santo Agostinho/PE, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi e em Santa Rita/PB onde seria instalada a Termelétrica Termopower VI, investidas cujas outorgas foram revogadas.

Inicialmente, essas propriedades foram registradas ao método de custo, que representa o seu custo histórico de aquisição.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Terrenos	**4.328**	4.328	**4.328**	4.328
Total	**4.328**	4.328	**4.328**	4.328

Na data de encerramento do exercício, a Companhia avaliou o valor justo com base em preços observáveis de mercado, ajustados, se necessário, à natureza, localização e condições destes terrenos.

Os laudos de avaliação foram emitidos por avaliadores externos independentes, com licença reconhecida e pertinente. O método para mensuração do valor justo utilizado para esta avaliação foi o Método Comparativo Direto de Mercado, o qual analisa e compara elementos semelhantes ou assemelhados ao avaliando, com objetivo de encontrar a tendência de formação de seus preços. Com base nestes estudos, não houve a necessidade de constituir provisão para perda do valor recuperável (*impairment*) para estes ativos.

Por fim, concluiu-se, com base nos laudos emitidos, que o valor justo líquido do custo de negociação destes ativos é de R$7.378. A Companhia está avaliando a melhor utilização para os referidos terrenos.

13. Intangível

O intangível é composto pelos ativos identificados em combinação de negócios e por gastos relativos a softwares, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Power Purchase Agreement ("PPA") (i)	**-**	-	**98.162**	107.978
Software	**-**	93	**1.272**	1.458
Outros	**-**	-	**-**	34
Total	**-**	93	**99.434**	109.470

(i) Refere-se ao intangível identificado relacionados aos contratos de longo prazo de comercialização de energia da investida NEO e que serão amortizados ao longo de sua vigência.

A movimentação pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado			
	Software	**Total**	**PPA**	**Software**	**Outros**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	32	32	117.794	1.195	34	119.023
Adições	95	95	-	404	-	404
Amortização	(34)	(34)	(9.816)	(141)	-	(9.957)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	93	93	107.978	1.458	34	109.470
Adições	**113**	**113**	**-**	**242**	**-**	**242**
Baixas	**(151)**	**(151)**	**-**	**(249)**	**(34)**	**(283)**
Amortização	**(55)**	**(55)**	**(9.816)**	**(179)**	**-**	**(9.995)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**-**	**-**	**98.162**	**1.272**	**-**	**99.434**

14. Investimento e provisão para perda de investimentos

14.1. Controladora - investimentos e provisão para perda de investimentos

A provisão para perda de investimento é composta pelo valor patrimonial líquido negativo das investidas na data de encerramento do exercício, conforme apresentado abaixo:

Informações sobre a investida em 31/12/2020	2007 Participações S.A. (i)	NEO	CEU	Itapebi	Termelétrica Monte Pascoal	Termelétrica Pernambuco IV	Termelétrica Termopower V	Termelétrica Termopower VI	Total
Ativo circulante	173.948	102.687	-	1.041	14	5	268	1	
Ativo não circulante	280.584	868.244	11.108	17.044	6.162	-	-	-	
Passivo circulante	1.001.989	392.267	200	8.723	2.247	582	-	-	
Passivo não circulante	56.619	706.229	23.830	44.037	23	-	-	8	
Receita líquida	98.482	149.421	-	-	-	-	-	-	
Lucro (prejuízo) do período	(20.654)	(27.516)	-	(11.916)	3.334	(9)	-	(1)	
Patrimônio líquido	(604.076)	(127.565)	(12.922)	(34.675)	3.906	(577)	268	(7)	
Percentual de participação	96,04%	80%	71%	100%	100%	100%	100%	100%	
Valor contábil do investimento	(580.155)	(102.052)	(9.176)	(34.675)	-	(577)	-	(7)	(726.642)
Provisão para perda de investimento em 31/12/2018	(583.109)	(59.785)	(9.972)	(51.248)	(4.147)	(11.206)	(3.263)	(1.849)	(724.579)
Aumento de capital	-	-	-	38.419	5.084	1.324	3.810	2.134	50.771
Equivalência patrimonial	22.790	(20.254)	796	(12.727)	(370)	9.302	(545)	(291)	(1.299)
Provisão para perda de investimentos em 31/12/2019	(560.319)	(80.039)	(9.176)	(25.556)	-	(580)	-	(6)	(675.676)
Investimentos em 31/12/2019	-	-	-	-	567	-	2	-	569
Provisão para perda de investimentos em 31/12/2019	(560.319)	(80.039)	(9.176)	(25.556)	-	(580)	-	(6)	(675.676)
Aumento de capital	-	-	-	315	5	12	266	-	598
Transferência para investimento	-	-	-	-	(3.339)	-	(266)	-	(3.605)
Equivalência patrimonial	(19.836)	(22.013)	-	(9.434)	3.334	(9)	-	(1)	(47.959)
Provisão para perda de investimentos em 31/12/2020	(580.155)	(102.052)	(9.176)	(34.675)	-	(577)	-	(7)	(726.642)
Investimentos em 31/12/2020	-	-	-	-	3.906	-	268	-	4.174

(i) Informações consolidadas que incluem a posição financeira da RAESA.

14. Investimento e provisão para perda de investimentos--Continuação

14.2. Consolidado - provisão para perda de investimento

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo consolidado da provisão para perda de investimentos apresentado no passivo não circulante refere-se à participação da Companhia na CEU no montante de R$9.176.

14.3. Controladora - ativo

	Monte Pascoal	Termopower V	Total
Investimento em 31/12/2019	567	2	569
Aumento de capital	**5**	**266**	**271**
Equivalência patrimonial	**3.334**	**-**	**3.334**
Investimento em 31/12/2020	**3.906**	**268**	**4.174**

Comprometimento de capital

As eventuais garantias necessárias para que a controlada NEO execute seu objeto social serão fornecidas, pela Multiner mediante garantia da outra acionista da investida, Eólica Administração e Participação Ltda., proporcionalmente à sua participação no capital social da NEO.

A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica Administração e Participação Ltda., quando for necessário realizar aumento de capital social da controlada NEO, para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários e registrando um mútuo para a Eólica Administração e Participação Ltda., nos termos da cláusula 11.3 do Acordo de Acionistas da NEO.

A Companhia tem compromisso firmado através de acordo de acionistas de aportar o total de R$8.094 na CEU, sendo que até 31 de dezembro de 2020 já foi aportado (classificado como partes relacionadas).

15. Depósitos vinculados

Os depósitos vinculados referem-se a aplicações financeiras de Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), firmados em garantias que visam assegurar o pagamento de obrigações da Companhia e suas investidas.

15. Depósitos vinculados--Continuação

A composição do saldo dos depósitos vinculados é como segue:

		Controladora		Consolidado	
	Taxa	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
CDBs - BNB (i)	99% CDI	**-**	-	**21.185**	20.622
CDBs - China Bank (ii)	98% CDI	**-**	-	**29.660**	29.361
CDBs Renda Fixa - BNB (i)	100% CDI	**-**	-	**44.461**	43.323
Bradesco (ii)	95% CDI	**-**	-	**8.630**	8.410
Outros depósitos vinculados		**845**	807	**3.531**	3.351
		845	807	**107.467**	105.067

(i) Refere-se à aplicação financeira em CDBs emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil ("BNB"), vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, para o financiamento do empreendimento Alegria I, firmado em 22 de setembro de 2009 e para o financiamento do empreendimento Alegria II, firmado em 22 de dezembro de 2010, respectivamente.

(ii) Refere-se à aplicação financeira em garantia ao Contrato de Prestação de Fiança para os empreendimentos Alegria I e Alegria II.

16. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, bem como, estimativa dos custos com desmontagem e remoção do imobilizado e de restauração do local onde está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) quando aplicável.

A composição do imobilizado é apresentada conforme segue:

		Controladora			
	Taxa de	**31/12/2020**		**31/12/2019**	
Itens	**depreciação (%)**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Máquinas e equipamentos	2,50 a 16,67%	**1.020**	**(535)**	**485**	359
Móveis e utensílios	6,25%	**132**	**(127)**	**5**	10
Total		**1.152**	**(662)**	**490**	369

16. **Imobilizado**--Continuação

		Consolidado				
		31/12/2020				31/12/2019
Itens	**Taxa de depreciação (%)**	**Custo**	**Ajuste a valor recuperável**	**Depreciação acumulada**	**Saldo líquido**	**Saldo líquido**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	**3.203**	**(81)**	**(844)**	**2.278**	2.299
Terrenos	-	**1.293**	**(11)**	**-**	**1.282**	1.282
Máquinas e equipamentos (i)	6,25 a 10,0%	**1.070.855**	**(69.758)**	**(379.477)**	**621.620**	641.930
Móveis e utensílios	6,25%	**183**	**-**	**(155)**	**28**	37
Custo para desmobilização (ii)		**11.337**	**-**	**(3.840)**	**7.497**	8.057
Mais valia (iii)	3,33%	**30.830**	**-**	**(3.074)**	**27.756**	28.603
Imobilizado em curso (iv)		**76.127**	**-**	**-**	**76.127**	22.296
Total		**1.193.828**	**(69.850)**	**(387.390)**	**736.588**	704.504

(i) Saldo refere-se, substancialmente, aos ativos fixos da controlada NEO, que compreende o complexo eólico Alegria I e Alegria II. A gestão do ativo fixo imobilizado da NEO visa atender às determinações da Resolução ANEEL nº 674/2015 e do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), os quais devem ser utilizados pelas empresas do setor de energia elétrica.

(ii) Obrigação contratual da controlada NEO, referente aos custos de desmontagem e remoção dos bens e de restauração do local no qual está localizado o complexo eólico Alegria I e Alegria II. Esses custos são amortizados conforme o prazo do PPA (vide Nota Explicativa nº 21).

(iii) Refere-se à mais-valia de ativos imobilizados apurado originados na combinação de negócios junto à contratada NEO.

(iv) Investimento de ativo fixo em curso na controlada indireta RAESA referente ao projeto de conversão dos motores para operação em 100% gás natural. A conversão do primeiro motor teve início em setembro de 2020 com a entrada em operação em janeiro de 2021, sendo a conclusão do projeto de conversão dos 5 motores previsto para julho de 2021.

A movimentação do imobilizado é apresentada conforme segue:

	Controladora		
	Máquinas e equipamentos	**Móveis e utensílios**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	361	6	367
Adições	90	8	98
Depreciação	(92)	(4)	(96)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	359	10	369
Adições	**204**	**2**	**206**
Baixas	**(19)**	**-**	**(19)**
Depreciação	**(59)**	**(7)**	**(66)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**485**	**5**	**490**

16. Imobilizado--Continuação

	Consolidado							
	Edificações, obras civis e benfeitorias	**Máquinas e equipamentos**	**Móveis e utensílios**	**Terrenos**	**Custo desmobilização**	**Imobilizado em curso**	**Mais-valia**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2018	2.163	682.132	33	1.282	8.809	-	29.631	724.050
Adições	236	204	17	-	-	22.296	-	22.753
Depreciação	(100)	(40.406)	(13)	-	(752)	-	(1.028)	(42.299)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.299	641.930	37	1.282	8.057	22.296	28.603	704.504
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.299	641.930	37	1.282	8.057	22.296	28.603	704.504
Adições	**-**	**24.654**	**2**	**-**	**-**	**53.831**	**-**	**78.487**
Impairment	**-**	**77**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**77**
Baixas	**-**	**(19)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(19)**
Depreciação	**(21)**	**(45.022)**	**(11)**	**-**	**(560)**	**-**	**(847)**	**(46.461)**
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**2.278**	**621.620**	**28**	**1.282**	**7.497**	**76.127**	**27.756**	**736.588**

A Companhia efetuou estudo de acordo com o CPC 01, com avaliadores externos independentes, para assegurar que os ativos das unidades de outorga revogadas estejam registrados contabilmente por valor que não exceda seus valores de recuperação.

Estes estudos foram realizados com base no método Comparativo Direto de Mercado. Na execução do laudo foram consideradas as normas de avaliações e a metodologia de avaliação patrimonial amparada nas diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): NBR 14653-1 - Procedimentos Gerais e NBR 14653-5 - Avaliação de Máquinas, Equipamentos e Complexos Industriais e do Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia (IBAPE), as quais disciplinam conceitos, estabelecem os critérios a serem empregados em trabalhos de avaliação patrimonial e definem os métodos para determinação dos níveis de precisão das avaliações, entre outras prescrições.

O objetivo principal deste estudo foi calcular o Valor de Mercado em Uso (VMU), utilizando o valor atual do equipamento novo e aplicação do percentual redutor relativo à depreciação física acumulada (idade e conservação do bem). O VMU, bruto dos equipamentos vistoriados, foi representado pelo Valor de Reposição Depreciado, ou seja, o valor de reposição a novo, menos a depreciação física decorrente do desgaste causado pelo uso ou não uso, idade, quebra, condições de manutenção, regime de trabalho ou agentes externos, estado de conservação e armazenagem, além da obsolescência tecnológica. No caso, considerou-se o estado de conversação e o estado de armazenagem, já que os equipamentos não se encontram em funcionamento. Foi considerado também o custo de negociação para venda, o critério adotado foi venda por leilão, onde adota-se o percentual de 5% do VMU (Conforme Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, artigo 24.).

Diante dos estudos realizados, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de nova provisão de ajuste ao valor recuperável, ao já constituído, referente a esses ativos fixos.

17. Estoque

O saldo de estoque refere-se a peças para manutenção e reposição das usinas em operação.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R$4.014 (R$3.741 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à controlada NEO, a serem aplicadas nas UEEs Alegria I e Alegria II. O saldo remanescente, para o mesmo período, de R$25.231 (R$20.566 em 31 de dezembro de 2019) da controlada indireta RAESA, a ser aplicado na UTE Cristiano Rocha.

18. Fornecedores

	Controladora		**Consolidado**	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Fornecedores nacionais (i)	**98**	147	**227.016**	229.178
Fornecedores internacionais	**-**	544	**22**	544
Total	**98**	691	**227.038**	229.722

(i) Do saldo apresentado, o montante de R$220.276 refere-se ao consumo de óleo combustível utilizado pela UTE Cristiano Rocha, decorrente do contrato de fornecimento de óleo combustível subsidiário do Contrato de Suprimento de Energia nº OC 1819/2005 a ser liquidado pela Eletrobras (via conta CCC-Isol). O valor está sendo tratado na Ação de Cobrança nº 0429239-20.2016.8.19.001, ajuizada pela Petrobras Distribuidora S.A.

19. Obrigações tributárias e impostos diferidos

19.1. Obrigações tributárias

As obrigações tributárias referem-se aos impostos correntes e impostos em parcelamentos e são apresentados conforme seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
IOF	**464**	464	**468**	696
ICMS	**-**	-	**4.312**	4.324
IRPJ	**-**	12	**474**	486
CSLL	**-**	7	**174**	503
Outros	**21**	29	**273**	467
Total	**485**	512	**5.701**	6.476
Parcelamentos:				
Impostos federais	**-**	-	**5.122**	6.600
Outros parcelamentos	**-**	16	**346**	542
Total	**-**	16	**5.468**	7.142
Total das obrigações tributárias	**485**	528	**11.169**	13.618
Circulante	**485**	528	**7.542**	8.282
Não circulante	**-**	-	**3.627**	5.336

A realização do saldo do passivo não circulante pode ser assim apresentada:

	Consolidado
Até 31 de dezembro de 2022	1.829
Até 31 de dezembro de 2023	1.689
Até 31 de dezembro de 2024	109
	3.627

19.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se a imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente da apuração de mais-valia dos ativos tangíveis e intangíveis da combinação de negócios da Companhia em aquisição de controle da investida NEO a ser amortizado até 2031, período do PPA, conforme apresentado a seguir:

19. Obrigações tributárias e impostos diferidos--Continuação

19.2. Impostos diferidos--Continuação

	Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Impostos diferidos	**41.286**	44.973
Total	**41.286**	44.973
Não circulante	**41.286**	44.973

A expectativa de realização do saldo de impostos diferidos pode ser assim apresentada:

	Consolidado
Até 31 de dezembro de 2021	3.687
Até 31 de dezembro de 2022	3.687
Até 31 de dezembro de 2023	3.687
Até 31 de dezembro de 2024	3.687
Após 2024	26.538
	41.286

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures

O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é composto da seguinte forma:

	Consolidado					
	31/12/2020			31/12/2019		
Modalidade	Empréstimos	Custo de transação	Total do passivo	Empréstimos	Custo de transação	Total passivo
Debêntures	**12.531**	**-**	**12.531**	9.194	-	9.194
CCBs	**928.766**	**(8.378)**	**920.388**	884.372	(9.786)	874.586
Financiamentos	**442.119**	**(4.921)**	**437.198**	425.928	(5.442)	420.486
	1.383.416	**(13.299)**	**1.370.117**	1.319.494	(15.228)	1.304.266

				Controladora			
				31/12/2020		31/12/2019	
Financiadores/ credores	Devedor	Modalidade	Valor da contratação	Saldo devedor	Saldo devedor circulante	Saldo devedor	Saldo devedor circulante
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	**12.531**	**12.531**	9.194	9.194
Total			3.000	**12.531**	**12.531**	9.194	9.194

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

				Consolidado					
				31/12/2020			31/12/2019		
Financiadores/ credores	**Devedor**	**Modalidade**	**Valor da contratação**	**Saldo devedor**	**Saldo devedor circulante**	**Saldo devedor não circulante**	**Saldo devedor**	**Saldo devedor Circulante**	**Saldo devedor não circulante**
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Debêntures	3.000	**12.531**	**12.531**	**-**	9.194	9.194	-
Fundos de Pensão (i)	RAESA	CCB	176.239	**343.937**	**299.359**	**44.578**	336.437	336.437	-
Fundos de Pensão (i)	RAESA	CCB	69.090	**380.446**	**380.446**	**-**	338.709	338.709	-
Fundos de Pensão	NEO	CCB	177.200	**204.383**	**25.661**	**178.722**	209.226	158.489	50.737
BNB (ii)	NEO	Financiamento	648.749	**442.119**	**39.833**	**402.286**	425.928	35.395	390.533
Custo de transação				**(13.299)**	**(8.378)**	**(4.921)**	(15.228)	(9.786)	(5.442)
Total				**1.370.117**	**749.452**	**620.665**	1.304.266	868.438	435.828

(i) A Companhia está em tratativas com os detentores das CCBs para alongamento e/ou repactuação das dívidas, a fim de equalizar a sua estrutura de endividamento. A Multiner e a RAESA firmaram com Postalis o Termo de Composição para Suspensão de Demandas Judiciais e com Prece o Memorando de Entendimento datado de 11 de janeiro de 2019 e 24 de junho de 2019, respectivamente. Sendo, ambos aditados e de comum acordo entre as partes, prorrogado o prazo de vigência para 28 de fevereiro de 2021 (Prece) e 12 de março de 2021 (Postalis) e posteriormente por mais 4 meses adicionais conforme Nota Explicativa n° 34. Durante o prazo de vigência deste acordo: (a) Postalis e Prece se comprometem a não exigir o cumprimento de qualquer obrigação, sob qualquer aspecto, em relação aos títulos e contratos objeto de tais CCBs; (b) a RAESA se compromete a efetuar o pagamento de R$1.200, primeira parcela e R$1.350 mensais, consecutivas, até o termino da vigência do termo firmado, valores que servirão de amortização do saldo das CCBs em aberto da Postalis; e (c) a RAESA se compromete a efetuar o pagamento de R$7.950, primeira parcela e R$1.350 mensais, consecutivas, até o término da vigência do termo assinado, valores que servirão de amortização do saldo das CCBs em aberto da Prece. Através do compromisso firmado, as partes se comprometeram a emprenhar seus melhores esforços para concluir as negociações para um acordo definitivo.

(ii) Refere-se aos financiamentos do BNB, firmado para financiar os empreendimentos Alegria I e II. As parcelas suspensas até 31 de dezembro de 2020 encontram-se suspensas de forma automática, devido a Portaria n°1183 de 23 de abril de 2020 do Ministério do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, que reconhece o Estado de Calamidade Pública no Estado do Rio Grande do Norte/RN, aliado a Resolução n°4.798, de 6 de Abril de 2020, do Banco Central do Brasil. Os pagamentos suspensos serão incorporados ao saldo de principal e redistribuídos as demais parcelas, não havendo penalidades ou quaisquer alterações nas condições de taxa de juros e prazos de vencimentos dos contratos de financiamentos.

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

As principais características dos empréstimos, financiamentos e debêntures são apresentadas a seguir:

			Consolidado				
Financiadores/credores	**Devedor**	**Atividade**	**Modalidade**	**Taxas**	**Contratação**	**Início**	**Término**
Bolognesi Energia S.A.	Multiner	Holding	Debêntures	9,50% a.a. + IGP-M	31/05/2010	31/10/2010	01/07/2016
Fundos de Pensão (1ª emissão)	RAESA	Térmica	CCB	9,75% a.a. + IGP-M	17/02/2006	17/02/2006	15/10/2026
Fundos de Pensão (2ª emissão)	RAESA	Térmica	CCB	9,00% a.a. + IGP-M	20/04/2006	15/06/2007	15/10/2026
Fundos de Pensão	NEO	Eólica	CCB	9,13% a.a. + IGP-M	22/09/2009	22/10/2011	22/09/2029
BNB	NEO	Eólica	Financiamento	7,50% a.a.	22/09/2009	23/01/2013	23/12/2030

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

O cronograma de amortizações da dívida classificada no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

	Consolidado
2022	130.825
2023	72.080
2024	153.250
Após 2024	264.510
	620.665

Covenants

Em 14 de julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias deram seguimento a reestruturação financeira iniciada em 2012, que determinou que parte das dívidas individuais e consolidadas ainda remanescentes sejam convertidas em capital ou alongadas. As CCBs da controlada indireta RAESA possuem determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) que, com essa reestruturação financeira, considera-se que todas as CCBs estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado.

Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento dos *covenants* contratuais. Nesta mesma data foram liquidadas e convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

A controlada direta NEO deve divulgar anualmente o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) bem como manter o índice igual ou superior a 1,2, além de fornecer laudo de avaliação de determinados ativos por força de cláusula contratual da CCB 6082 de titularidade do Fundo de Investimento Multimercado Petros Crédito Privado (“Petros”).

Em 31 de dezembro de 2020, a NEO estava em conformidade com as cláusulas restritivas firmadas com o credor.

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos de RAESA e NEO;
- Alienação fiduciária dos equipamentos de RAESA, NEO e Itapebi;
- Fianças bancárias em favor do BNB em NEO;
- Seguro de conclusão das obras dos projetos descontratados referentes a Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI, Monte Pascoal e Itapebi;
- Aplicações financeiras em NEO;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos de NEO e RAESA;
- Penhor das ações da Sociedade de NEO;
- Fianças da Companhia, Bolognesi Energia S.A. e Eólica Participação S.A.; e
- Hipoteca do terreno da RAESA no valor de R$630.

Conforme acordo de reorganização financeira da Companhia firmado em março de 2012, no momento do fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, que ocorreu em julho de 2014, as CCBs da investida NEO, com vencimento a partir de fevereiro de 2012, passaram a ter carência de até cinco anos no pagamento dos valores de principal e as CCBs da controlada RAESA tiveram seu vencimento alterado a partir de 31 de janeiro de 2015. Contudo, a Companhia está atualmente renegociando o pagamento das CCBs junto aos seus credores, para que o mesmo fique alinhado com sua capacidade de pagamento.

Em 15 de julho de 2014, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Multiner S.A. (“Emissora”), deliberaram por unanimidade o seguinte: (i) alterar a data do vencimento e remuneração anual para 1º de julho de 2015; (ii) autorizar o agente fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia;

20. Empréstimos, financiamentos e debêntures--Continuação

Garantias dos financiamentos--Continuação

A Emissora esclareceu que recomprou 149 (cento e quarenta e nove) debêntures pelo preço unitário calculado pela CETIP de titularidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), Fundação CELG de Seguros e Previdência (Eletra), FI Renda Fixa Ipiranga, FIM Crédito Privado Salus e Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer), restando 18 (dezoito) Debêntures em circulação.

Em 11 de junho de 2015, através de AGD, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures, deliberaram por unanimidade e sem ressalvas: (i) aditar a Cláusula 4.10 da Escritura Particular de Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações, com garantia flutuante da 2ª Emissão de Debêntures da Multiner S.A., alterando a data de vencimento para 1º de julho de 2016. Dessa forma, não houve pagamento de juros em 1º de julho de 2015, mas somente na nova data de vencimento; e (ii) autorizar o Agente Fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembleia.

Até 31 de dezembro de 2020, nenhuma parcela deste instrumento foi quitada, tendo em vista que (i) a obrigação de renovação referente às debêntures detidas pela Fundiágua, conforme previsão no Contrato de Reorganização, deve ocorrer até que haja a capitalização das dívidas, bem como (ii) a instauração do Procedimento Arbitral CMA 520.

21. Provisão para desmobilização

A controlada NEO possui a obrigação de retirada dos ativos do Complexo Eólico Alegria, composto pelas UEEs Alegria I e Alegria II, decorrentes de exigências contratuais e legais.

A quantia reconhecida como uma provisão deve ser a melhor estimativa do dispêndio necessário para liquidar a obrigação, desta forma, os valores relacionados com a desmontagem e remoção de instalações e equipamentos, limpeza de terrenos e restauração ao seu estado original foram inicialmente mensurados e, posteriormente ajustados a valor presente. Para determinação do valor presente da provisão para desmobilização foi utilizada a taxa de desconto de 11,20% a.a.

A composição do saldo de provisão para desmobilização dos ativos é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Custo desmobilização	**61.184**	58.660
Ajuste a valor presente do custo de desmobilização	**(30.942)**	(31.449)
	30.242	27.211

21. Provisão para desmobilização--Continuação

A movimentação pode ser assim apresentada:

Saldo inicial	27.211
(+) Atualização monetária do custo	2.524
(+) Realização do AVP	507
(=) Saldo final	30.242

22. Outros créditos e outras obrigações

22.1. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (i)	**-**	-	**4.613**	2.826
Assunção de dívida (Itapebi x RAESA) (ii)	**-**	-	**9.615**	4.581
Despesas antecipadas	**260**	59	**1.808**	782
Adiantamentos para futuro aumento de capital	**3.264**	669	**3.264**	669
Bens disponível para venda	**-**	-	**-**	2.432
Outros créditos	**-**	-	**-**	1.635
Total	**3.524**	728	**19.300**	12.925

(i) Refere-se, substancialmente, à projetos de P&D em andamento pelo Instituto Gnarus e Instituto Avançado de Tecnologia e Inovação (IATI).

(ii) Trata-se de valores a receber da controlada indireta RAESA pela Assunção de dívida da controlada Itapebi, conforme contrato firmado entre as partes, onde a RAESA passou a cumprir o pagamento da obrigação referente ao acordo da Caterpillar (Nota Explicativa n° 22.2 item (ii) (a) e item (viii)).

22.2. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Fundiágua (i)	**14.067**	14.067	**14.067**	14.067
Postalis (i)	**-**	-	**377.217**	377.217
Acordos (ii)	**-**	1.083	**53.417**	58.689
CCEE (iii)	**-**	-	**16.926**	11.928
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iv)	**-**	-	**11.075**	9.995
Suprimento energia elétrica (v)	**-**	-	**32.821**	27.103
Assunção de dívida (Itapebi x RAESA) (vi)	**-**	-	**9.615**	4.581
Custos do uso do sistema de transmissão (CUST)	**-**	-	**1.078**	1.051
Provisões diversas	**673**	1.248	**4.507**	5.322
Total	**14.740**	16.398	**520.723**	509.953
Circulante	**14.740**	16.398	**447.797**	460.706
Não circulante	**-**	-	**72.926**	49.247

(i) Refere-se à obrigação de conversão da dívida em capital, conforme cláusula do Contrato de Reorganização. As obrigações previstas, e não adimplidas pelas partes, estão em discussão no Procedimento Arbitral CMA 520 (vide Nota Explicativa nº 1.1). A partir de 20 de dezembro de 2017, o montante deixou de ser atualizado dentro das características de empréstimos e financiamentos. A arbitragem segue em aberto até a data de emissão destas informações contábeis, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1.1. Os valores envolvidos nesta discussão não são corrigidos dado que a materialização destas dívidas em valor superior ao registrado não é considerada provável na avaliação dos assessores jurídicos.

22. Outros créditos e outras obrigações--Continuação

22.2. Outras obrigações--Continuação

(ii) A Companhia possui em andamento acordos cuja posição em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser apresentada conforme segue:

	Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Caterpillar Motoren GMBF & CO (a)	**37.993**	39.125
Wartsila (b)	**15.424**	18.466
Outros acordos	**-**	1.098
	53.417	58.689

(a) Tais valores referem-se a maquinários do investimento da Companhia na Itapebi, cuja outorga foi revogada, a dívida será paga em prestações mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão a correção monetária do IPCA, com início de pagamento em janeiro de 2018 e término em novembro de 2027.

(b) Tais montantes referem-se à controladora indireta RAESA pelo fornecimento de serviços e manutenção e peças para manutenção de equipamentos utilizado pela UTE Cristiano Rocha. A negociação será paga em parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pela variação positiva do IPCA, com início de pagamento em janeiro de 2018 e término em maio de 2025.

(iii) Refere-se à provisão de recontabilizações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) no Mercado de Curto Prazo (MCP) no âmbito do Sistema Interligado Nacional.

(iv) Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R$11.075 (R$9.995 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a provisão na controlada indireta RAESA para investimentos a serem realizados em Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nos termos da Lei nº 9.991 de 2000 e suas alterações, regulamentada pelas Resoluções Normativas nº 316 de 2008 e nº 504 de 2012 e normas correlatas. A provisão de P&D corresponde ao percentual de 1% da receita operacional líquida, que deve ser aplicado da seguinte forma: 40% retidos para investimento em projetos de pesquisa e desenvolvimento gerenciados pela Companhia, 40% recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e 20% recolhidos ao Ministério de Minas e Energia (MME), a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema.

(v) Refere-se à obrigação de pagamento, devido à entrega inferior do montante de energia contratada versus energia entregue durante o exercício corrente, conforme § 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia - Fonte Eólica no âmbito do PROINFA da investida NEO. A receita de venda, conforme o montante contratado, foi recebida em sua totalidade, gerando a obrigação de pagamento em parcelas mensais e sucessivas ao longo do exercício subsequente (vide Nota Explicativa n° 25.2).

(vi) Trata-se de valores a pagar da controlada Itapebi para a RAESA pela Assunção de dívida, conforme contrato firmado entre as partes, onde a RAESA passou a cumprir o pagamento da obrigação devida referente ao acordo da Caterpillar (vide item (ii) (a)).

23. Patrimônio líquido

Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

Classificado como patrimônio líquido, as ações preferenciais, não possuem direito a voto, têm direito a recebimento de dividendo, no mínimo, de 10% (PNA e PNB), 9,42% (PNC) e 8,29% (PND) superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

23. Patrimônio líquido--Continuação

Capital social--Continuação

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo. Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Pagamento dos dividendos fixos e não cumulativos das ações preferenciais classe C e classe D, nos termos dos parágrafos sétimo e oitavo do artigo 5º do Estatuto. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

a) Capital social subscrito e integralizado

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito da Companhia é de R$855.828 dividido em 14.721.297 ações. Segue abaixo a composição das ações:

Acionistas	Quantidade total	Ações ordinárias	Ações preferencias Classe D	Ações preferencias Classe C	Ações preferencias Classe B	Ações preferencias Classe A
Bolognesi Energia S.A.	**2.708.536**	**2.708.534**	**1**	**1**	**-**	**-**
Brasilterm Energia S.A.	**1.380.846**	**1.380.846**	**-**	**-**	**-**	**-**
Multiner Fundo de Invest. em Participações	**10.631.915**	**3.788.360**	**-**	**-**	**6.532.211**	**311.344**
	14.721.297	**7.877.740**	**1**	**1**	**6.532.211**	**311.344**

Em 28 de março de 2012, o Grupo Bolognesi Energia S.A. comprou as ações dos antigos acionistas JABR Participações S.A., Companhia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, através do contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas.

Nos termos desse contrato, a operação teve como objetivo:

- Refinanciamento das dívidas da Companhia e de suas subsidiárias;
- Capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas; e
- Transferência das ações da Companhia para o Grupo Bolognesi Energia S.A.

23. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social subscrito e integralizado--Continuação

Naquela mesma data, através de AGE, ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia que, na época, eram mantidas em tesouraria;
- Aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1, considerando:

  (a) Total integralização do atual capital social da Companhia; e

  (b) Necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social e aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condições: valor do aumento de capital no montante de R$391.636, sendo R$99.999 através de integralização imediata, e o saldo restante equivalente a R$291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que forem realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas a previas autorizações especificadas na AGE.

Em 28 de setembro de 2012, conforme “Termo de Fechamento”, as ações dos antigos acionistas, Companhia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. Os livros de registro de ações e de transferência de ações da Companhia encontram-se desatualizados devido a uma restrição judicial.

Em 18 de julho de 2013, os detentores de debêntures de 2ª emissão aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Em 27 de dezembro de 2013, foi aportado na Companhia o valor de R$105.425 para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B. Essa emissão de ações classe A e classe B teve como objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA e METRUS), os quais integralizaram novas quotas do FIP Multiner, por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia. Dessa forma, o FIP Multiner passou a ser titular de tais créditos.

Em 14 de julho de 2014, foi assinado o "Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A.”, alterando algumas condições do plano de recapitalização da Companhia, dentre os quais se destacam:

23. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social subscrito e integralizado--Continuação

- Aumento de capital da Companhia no valor de R$208.497, sendo:

(a) R$152.917 por meio de emissão de 571.405 ações preferenciais subscritas e integralizadas por Multiner Fundo de Investimento em Participações;

(b) R$55.580 por meio da emissão de 686.594 ações ordinárias, uma ação preferencial classe C e 1 ação preferencial classe D subscritas e integralizadas por Bolognesi Energia S.A.

- Alteração das características de ações preferenciais;
- Emissão de três lotes de bônus de subscrição;
- Outros créditos no valor de R$236.663, que deverão ser capitalizados pela conversão de dívidas da Postalis e Fundiágua; e
- Estabelece a obrigação de aporte adicional de ativos pela Bolognesi Energia S.A. na Multiner ou na Mesa Participações S.A. no montante de R$225.921.

Em AGE de 22 de maio de 2015 ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 216.780 Ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 1.350.000 Ações Ordinárias e 2.348.267 Ações preferenciais da Classe B;
- Aumento de capital no valor de R$11.171,90, com emissão de 1.117.190 ações ordinárias, pelo preço de R$0,01 por ação, em virtude do exercício do bônus de subscrição pelos Acionistas Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.;
- Alteração do Estatuto Social, em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício do bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.;
- O acionista Bolognesi Energia S.A. realizará um aumento de capital (podendo ser em ativos ou em moeda corrente nacional) no montante R$100.000 (corrigido pelo IPCA a partir de 28 de março de 2012) até 31 de dezembro de 2015. Adicionalmente, o acionista Bolognesi Energia S.A está obrigado a realizar outro aporte de capital de R$125.921 (também corrigido pelo IPCA, a partir de 28 de março de 2016) até 31 de dezembro de 2020.

23. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social subscrito e integralizado--Continuação

Em AGE de 3 de junho de 2015, ocorreram as seguintes deliberações:

- Aprovação das modificações dos artigos 1, 5, 12, 13, 16, 26 e 27 do Estatuto Social e inclusão dos artigos 33 a 39, com a finalidade de adequar o Estatuto Social da Companhia às novas regras do Regulamento de Listagem Bovespa Mais - Nível 2, bem como seu pedido de registro na BMF&BOVESPA;
- Conversão de registro para categoria A na Comissão de Valores Mobiliários;
- Ampla revisão e consolidação do Estatuto Social da Companhia, considerando o acima.

Em AGE de 8 de setembro de 2015 ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 122.216 ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 950.000 ações Ordinárias e 1.135.000 ações Preferenciais da Classe B;
- Aumento do capital social da Companhia no montante de R$5.585,95 (cinco mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por meio da emissão de 558.595 (quinhentas e cinquenta e oito mil, quinhentas e noventa e cinco) novas ações, todas ordinárias e;
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A.

Em AGE de 14 de março de 2016 ocorreram as seguintes deliberações:

- Conversão de 311.344 ações Preferenciais da Classe A de emissão da Companhia, de titularidade do acionista Multiner Fundo de Investimento em Participações, em 550.000 ações Ordinárias e 4.761.534 ações Preferenciais da Classe B;
- Alteração do Estatuto Social em virtude da conversão de ações preferenciais em ações ordinárias, bem como em virtude do aumento de capital decorrente do exercício dos bônus de subscrição por Bolognesi Energia S.A. e Brasilterm Energia S.A. Até 31 de dezembro de 2016 aporte de capital por conta da Bolognesi Energia S.A.;

23. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social subscrito e integralizado--Continuação

Em AGE de 21 de novembro de 2017, a Companhia rerratificou as deliberações tomadas na Assembleia Geral extraordinária de 14 de março, acima mencionada, de forma a cancelar a conversão das ações, bem como o exercício do bônus de subscrição. No entanto, o capital social não foi reduzido, permanecendo o aumento em troca de uma ação ordinária conferida à Bolognesi Energia.

b) Ações preferenciais

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis (PNR) eram conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderia ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuíam direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decidisse realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ordinárias.

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista optasse pela não conversão de suas ações, as mesmas seriam resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivalia ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderia ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias. Com a assinatura do Contrato de Reorganização e Financiamento da Companhia, tais ações resgatáveis foram convertidas em ações preferenciais.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

23. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de capital

Referem-se a: (i) ágio no valor de R$78.115 gerado na Combinação de Negócios, referente à aquisição da 2007 Participações S.A. realizada em 2009; e (ii) pela reserva de ágio de subscrição de ações, no montante de R$465.801, pelo aumento de capital com a emissão de ações preferenciais resgatáveis realizada em 2008 e posterior atualização.

d) Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como, para a mesma companhia em períodos diferentes.

Não existem opções de ações com efeito dilutivo para os exercícios apresentados, exceto pelos efeitos que possam surgir das negociações do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que está sendo discutido em procedimento arbitral perante a Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, conforme descrito em Nota Explicativa nº 1.1.

A tabela a seguir apresenta o prejuízo básico por ação em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020	31/12/2019
Numerador		
Prejuízo do período	**(57.836)**	(28.128)
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	**7.877.740**	7.877.740
Média ponderada do número de ações preferenciais - Classes A e B	**6.843.555**	6.843.555
Número de ações preferenciais - Classe C	**1**	1
Número de ações preferenciais - Classe D	**1**	1
Remuneração das ações preferenciais - Classes A e B - 10%	**1,10**	1,10
Remuneração das ações preferenciais - Classe C - 9,42%	**1,09**	1,09
Remuneração das ações preferenciais - Classe D - 8,29%	**1,08**	1,08
Média ponderada do número de ações preferenciais	**7.527.913**	7.527.913
Denominador ajustado		
Denominador do resultado básico por ação	**14.721.297**	14.721.297
Denominador do resultado básico por ação ajustado	**15.405.653**	15.405.653
Lucro básico por ação		
Prejuízo básico por ação ordinária	**(0,00375)**	(0,00183)
Prejuízo básico por ação preferencial - Classes A e B	**(0,00299)**	(0,00145)
Prejuízo básico por ação preferencial - Classe C	**(0,00296)**	(0,00144)
Prejuízo básico por ação preferencial - Classe D	**(0,00293)**	(0,00142)
Composição do prejuízo		
Prejuízo alocado às ações ordinárias	**(24.291)**	(11.814)
Prejuízo alocado às ações preferenciais - Classes A e B	**(33.545)**	(16.314)
Prejuízo alocado às ações preferenciai - Classe C	**-**	-
Prejuízo alocado às ações preferenciai - Classe D	**-**	-
Total	**(57.836)**	(28.128)

24. Provisão para demandas judiciais

24.1. Causas prováveis

	Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Outras demandas judiciais (i)	**4.036**	4.674
Total	**4.036**	4.674

(i) Do montante apresentado o valor de R$3.250 refere-se a contingências com prognóstico de perda possível identificado na combinação de negócios da investida NEO. Conforme pronunciamento técnico, CPC 15 item 23, o adquirente deve reconhecer, na data de aquisição, o passivo contingente assumido na Combinação de Negócios mesmo que o prognóstico de perda não seja provável.

A Controladora não possui em andamento processos judiciais para as quais a probabilidade de perda seja classificada como provável e, portanto, não foi necessário a constituição de provisão.

24.2. Causas possíveis

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía em andamento processos judiciais, cujo montante total é de R$40.712 na Controladora (R$28.016 em 31 de dezembro de 2019) e R$299.666 no Consolidado (R$286.357 em 31 de dezembro de 2019), cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é possível de perda, não sendo necessária a constituição de provisão para demandas judiciais.

			Controladora		Consolidado	
Polo Ativo	**Passivo**	**Natureza**	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Petrobras Distribuidora (i)	RAESA	Cível	**-**	-	**243.149**	243.149
Fundiágua (ii)	Multiner	Cível	**23.991**	15.108	**23.991**	15.108
Construtora Jole (iii)	Pernambuco IV	Cível	**-**	-	**9.563**	9.541
Assessoria em Energia (iv)	Multiner	Cível	**7.091**	7.091	**7.091**	7.091
Diversos trabalhistas (v)		Trabalhista	**4.202**	3.393	**4.215**	3.393
Outros processos		Diversos	**5.428**	2.424	**11.657**	8.075
Total causas possíveis			**40.712**	28.016	**299.666**	286.357

(i) Trata-se de ação de cobrança, Processo nº 0429239-20.2016.8.19.001 (46ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro) ajuizada pela Petrobras Distribuidora S.A. (BR Distribuidora) contra a RAESA, tendo por objeto inadimplemento no que tange ao pagamento da contraprestação pelo fornecimento do óleo combustível utilizado pela UTE Cristiano Rocha, em Manaus-AM. Processo com sentença procedente e encontra-se em fase recursal com a conversão do julgamento em diligência para reabertura da fase pericial e realização de perícia complementar. Importante esclarecer que os valores em aberto junto à BR Distribuidora, ora perseguidos nessa ação de cobrança, são correlatos ao inadimplemento da Eletrobras para com a RAESA, no que tange ao ressarcimento da CCC-Isol, fundo setorial destinado a neutralizar os custos adicionais da geração termelétrica, que está sendo debatido nos autos do Mandado de Segurança nº 0029183-21.2009.4.01.3400 (nº original 2009.34.00.029716-4 - em trâmite no TRF da 1ª Região), processo no qual já foram proferidas decisões judiciais destinadas ao reestabelecimento dos repasses regulares da CCC-Isol à RAESA, mas que ainda não transitou em julgado. Adicionalmente, cabe ressaltar, que a Companhia mantém os registros das notas fiscais reconhecido como fornecedores (vide Nota Explicativa nº 18).

24. Provisão para demandas judiciais--Continuação

24.2. Causas possíveis--Continuação

(ii) Em 09/08/2010, foram adquiridas pela Fundiágua 12 debêntures, não conversíveis em ações, emitidas pela Multiner. Em 14/07/2014, celebrou-se o primeiro aditivo, definindo-se que as debêntures da Multiner, de titularidade da Fundiágua seriam pagas antecipadamente, mas usadas para fins de capitalização indireta de uma investida da Companhia. A capitalização indireta só seria de obrigação da Fundiágua caso algumas condições fossem cumpridas pela Multiner, o que não ocorreu. Assim sendo, antes do vencimento das debêntures (previsto inicialmente para 01/06/2014), as partes prorrogaram (na data de 27/05/14), o prazo de seus vencimentos para 15/07/2014, posteriormente para 01/07/2015 e na sequência para 01/07/2016. Como não houve nova prorrogação, as debêntures adquiridas encontram-se vencidas, razão pela qual seu pagamento está sendo pleiteado no Processo nº 00173042-92.2017.8.19.0001. Em 24/08/2017, o debenturista enviou a Companhia o mandado de execução no montante atualizado de R$15.108. Em outubro de 2017, foi apresentado exceção de pré-executividade e proferida decisão com declínio de competência para uma das varas cíveis da Comarca do Rio de Janeiro. A Companhia apresentou embargos de declaração para que seja ao menos decidido sobre o efeito suspensivo. Não foram acolhidos os embargos, e seguiu-se para distribuição a uma vara cível. No momento, aguarda-se declínio a uma das varas cíveis do foro da comarca do RJ. Tal discussão é parte do procedimento arbitral instaurado recentemente, portanto deverá ser declarada a incompetência do juízo em virtude de cláusula arbitral. Cabe salientar, que a Companhia mantém parcela do passivo reconhecido como outras obrigações (vide Nota Explicativa nº 22).

(iii) Ação de cobrança de serviços da Construtora Jole Ltda., onde o processo encontra-se concluso, pendente de prolação de sentença. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos houve alteração no prognóstico de perda onde o risco da causa passou a ser avaliado como possível, ao invés de provável, não sendo necessário manter constituição de provisão.

(iv) Trata-se de processo em que é exigido suposto crédito de "Taxa de Sucesso" em decorrência de prestação de serviços de prospecção de empresas fornecedoras de óleo combustível, que resultasse na redução de custos na aquisição para as usinas termelétricas Pernambuco III, Termopower V e Termopower VI. Em nossa tese, entende-se que a empresa não gerou redução de custos, conforme alegado.

(v) A Companhia é demandada por ex-empregadores e ex-prestadores de serviços em 8 (oito) reclamações trabalhistas pelos quais são pleiteados, em suma: nulidade do contrato de prestação de serviços; reconhecimento de vínculo empregatício; horas intervalares; equiparação salarial; horas extras; entre outros.

Ainda no que tange aos processos possíveis de perda, a controlada NEO possuía em andamento o Processo nº 60400-77.2012.4.01.3400 de natureza regulatória discutido em esfera judicial, com fito de obter provimento judicial que mantenha a Companhia no PROINFA e que permita o faturamento nos termos do Contrato de Compra e Venda de Energia (CCVE) celebrados com a Eletrobras. Em 19/12/2012, o pedido de tutela antecipada foi indeferido, tendo a NEO apresentado Agravo de Instrumento em face de referida decisão. Com a concessão de efeito suspensivo ao referido Agravo de Instrumento, o pleito liminar da NEO foi deferido determinando-se que a ANEEL mantenha a autora no PROINFA, bem como que a Eletrobras efetue os pagamentos previstos de acordo com os CCVE, autorizando ainda que a NEO efetue o faturamento nos termos contratualmente pactuados. Atualmente, aguarda-se julgamento definitivo do Agravo de Instrumento mencionado. Em 1ª instância, desde 23 de abril de 2014, os autos aguardam prolação de sentença. Os montantes eventualmente envolvidos não são passíveis de mensuração.

25. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Vendas de energia contratada (i)	**347.412**	324.987
Suprimento de Energia Elétrica (ii)	**(34.898)**	(27.643)
Receita com operação e manutenção - O&M (iii)	**38.972**	36.448
Venda de lastro de energia (iv)	**1.422**	-
Outras receitas operacionais	**86**	37
Total receita bruta	**352.994**	333.829
ICMS	**(46.027)**	(43.408)
COFINS	**(24.126)**	(23.136)
PIS	**(5.238)**	(5.023)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	**(1.238)**	(1.168)
Arrendamento mercantil (v)	**(27.012)**	(26.995)
Outras deduções	**(1.450)**	(327)
Total deduções	**(105.091)**	(100.057)
Receita líquida de vendas	**247.903**	233.772

(i) Do montante apresentado em 31 de dezembro de 2020, o valor de R$147.364 (R$138.771 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Energia, o qual prevê o pagamento pela potência garantida de 65 MW. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2020 de R$200.048 (R$186.216 em 31 de dezembro de 2019) refere-se à parcela estabelecida pelo contrato PROINFA, firmado entre a investida NEO junto a Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras.

(ii) Ajuste de energia devido a entrega inferior do montante de energia contratada durante o exercício corrente, conforme § 1º da cláusula 8ª do Contrato de Compra e Venda de Energia - Fonte Eólica no âmbito do PROINFA.

(iii) O valor apresentado como O&M refere-se à parcela estabelecida no contrato de suprimento de energia OC - 1819/2005, firmado entre a controlada indireta RAESA junto à Amazonas Energia, o qual prevê o pagamento referente à operação e manutenção da Usina, calculado pela multiplicação do total mensal da energia fornecida pela parcela do preço de energia fornecida referente à operação e manutenção do mês vigente.

(iv) Refere-se a venda de lastro de energia para cobertura das perdas de conexão da rede básica vinculada ao contrato de venda de energia da investida RAESA. Operação realizada conforme a compra de energia apresentada na Nota Explicativa n° 26.

(v) O montante refere-se à amortização do arrendamento financeiro da controlada indireta RAESA, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.1.

25.1. Informações desagregadas da receita

A receita operacional consolidada da Companhia é oriunda da venda de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível e gás natural e energia renovável de fonte eólica no âmbito do PROINFA, é composta conforme segue:

25. Receita operacional líquida--Continuação

25.1. Informações desagregadas da receita--Continuação

	31/12/2020		31/12/2019	
Segmentos	**Fonte eólica**	**Fonte térmica**	**Fonte eólica**	**Fonte térmica**
Vendas de energia	**200.048**	**147.364**	186.216	138.771
Suprimento de Energia Elétrica	**(34.898)**	**-**	(27.643)	-
Receita com operação e manutenção - O&M	**-**	**38.972**	-	36.448
Outras receitas	**86**	**1.422**	30	7
Total receita bruta	**165.236**	**187.758**	158.603	175.226

25.2. Ativos e passivos de contrato

Em conformidade ao Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato de Cliente, os ativos e passivos vinculados à venda de energia, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como ativos e passivos de contrato e apresentam os seguintes saldos:

	Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Contas a receber (Nota 7)	**57.156**	77.365
Passivos de contrato (Nota 22)	**32.821**	27.103

Para o período findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos de contrato.

25.3. Obrigações de performance

A Companhia possui uma única obrigação de performance de contrato e que é satisfeita pela entrega da energia, momento em que o ativo é considerado transferido para o cliente, sendo o pagamento dentro do prazo de 20 a 45 dias.

26. Custo das vendas e dos serviços prestados

	Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**
Custo de depreciação	**(42.257)**	(41.714)
Operação e manutenção (i)	**(32.374)**	(45.708)
Salários e encargos	**(14.186)**	(14.881)
Custos de operação	**(13.016)**	(12.321)
Amortização mais-valia (ii)	**(10.844)**	(10.844)
Custos de seguros	**(4.091)**	(4.597)
Aluguel de máquinas e equipamentos	**(3.849)**	(4.096)
Recontabilizações de energia MCP	**(1.725)**	(1.613)
Compra de energia para cobertura de lastro (iii)	**(1.452)**	-
Outros custos	**(4.865)**	(3.249)
	(128.659)	(139.023)

(i) Saldo de operação e manutenção para o período, representa os valores investidos em manutenção periódica dos aerogeradores da controlada NEO R$13.016 (R$12.321 em 31 de dezembro de 2019) e dos motores da controlada indireta RAESA R$12.636 (R$25.290 em 31 de dezembro de 2019, A redução da investida RAESA deu-se principalmente em virtude: (i) no período de 2019 ocorreram serviços de inspeção e manutenções excepcionais nos motores para eliminação de efeitos de cam effect; (ii) no período de 2020 houve redução dos serviços de *overhaul*, visto o projeto de conversão de 100% dos motores a gás natural iniciado neste período.

(ii) Refere-se à amortização da mais-valia dos ativos fixos imobilizados e intangíveis existentes na data da avaliação pela aquisição de controle da investida NEO, a serem depreciados pela vida útil estimada dos ativos existentes na data da avaliação.

(iii) Operação realizada para venda de lastro de energia, conforme apresentado na Nota Explicativa n° 25, referente a cobertura das perdas de conexão da rede básica vinculada ao contrato de venda de energia da investida RAESA.

27. Despesas operacionais

27.1. Gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Serviços jurídicos	**(2.635)**	(3.283)	**(4.485)**	(6.604)
Impostos e taxas (i)	**(19)**	(2.106)	**(122)**	(2.869)
Prestação de serviços de terceiros	**(787)**	(273)	**(5.810)**	(6.213)
Honorários da administração	**(714)**	(398)	**(1.997)**	(1.611)
Honorários de conselho	**(251)**	(186)	**(1.158)**	(951)
Serviços de auditoria	**(714)**	(458)	**(1.079)**	(856)
Armazenagem	**-**	-	**(1.417)**	(1.502)
Despesas com viagem	**-**	-	**(342)**	(804)
Salários e encargos	**(1.446)**	(1.238)	**(1.448)**	(1.241)
Provisão para perda de créditos esperadas (ii)	**-**	(22.054)	**(12.873)**	(25.106)
Provisão para demandas judiciais (iii)	**-**	-	**638**	9.569
Outras despesas operacionais	**304**	(340)	**(1.551)**	(2.629)
	(6.262)	(30.336)	**(31.644)**	(40.817)

27. Despesas operacionais--Continuação

27.1. Gerais e administrativas--Continuação

(i) Variação devida pelos ajustes de adesão versus consolidação ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT/PRT) ocorrido no exercício de 2019.

(ii) O montante consolidado apresentado em 31 de dezembro de 2020, substancialmente, refere-se a provisão de perda para os ressarcimentos do fundo CCC, conforme descrito na Nota explicativa n° 7. Referente ao período de 31 de dezembro de 2019 refere-se a provisão de perda com partes relacionadas, equivalente a diferença dos ativos e passivos, ao qual encontram-se em discussão no Procedimento Arbitral CMA 520, instaurado para resoluções e entendimento de obrigações previstas no Contrato de Reorganização Acionária e de Financiamento da Companhia (vide Nota Explicativa n° 10).

(iii) Variação devida pelo fato de 2019 ter ocorrido o estorno da provisão, referente à construtora Jole, pois, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos houve alteração no prognóstico de perda onde o risco da causa passou a ser avaliado como possível, ao invés de provável, não sendo necessário manter constituição de provisão.

27.2. Outras receitas (despesas)

	Controladora		Consolidado	
Outras receitas (despesas)	**31/12/2020**	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Perda de valor recuperável	**-**	-	**77**	-
Receita de sinistro de bens (i)	**6**	-	**14.273**	17.142
Recuperação de despesa (ii)	**-**	-	**-**	5.433
Outras receitas(despesas)	**17**	(43)	**(2.160)**	17
	23	(43)	**12.190**	22.592

(i) Do valor total consolidado, o montante de R$14.266 refere-se ao recebimento de indenização de seguro pelo sinistro à quebra de eixo de motor aplicado na operação da investida RAESA.

(ii) Referente à recuperação de despesas de impostos de importação referente a pena de perdimento de equipamentos (posteriormente revertida pela RFB) da controlada Itapebi.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Rendimento de aplicação financeira	**89**	77	**5.491**	9.488
Juros ativos sobre créditos tributários	**16**	246	**1.579**	2.783
Variações cambiais ativas (i)	**-**	129	**6.865**	262
Juros sobre arrendamento financeiro	**-**	-	**9.505**	10.633
Bônus adimplência (ii)	**-**	-	**3.411**	10.752
Receita atualização de acordos	**-**	-	**-**	4.132
Outras receitas financeiras	**1**	692	**168**	837
Total de receitas financeiras	**106**	1.144	**27.019**	38.887
Juros sobre empréstimos	**-**	-	**(86.981)**	(80.286)
Juros sobre debêntures	**(2.031)**	(845)	**(2.031)**	(845)
Juros passivos sobre mútuos	**(122)**	96	**-**	-
Multas e acréscimos sobre débitos tributários (iii)	**(6)**	3.037	**(226)**	794
Multas contratuais	**-**	-	**(11)**	(7.280)
Variações monetárias passivas	**(1.306)**	(856)	**(86.762)**	(41.534)
Impostos sobre Operação Financeira (IOF) (iii)	**(145)**	2.104	**(1.771)**	1.253
Atualização de arrendamentos	**(90)**	(282)	**(2.425)**	(1.908)
Provisão para desmantelamento	**-**	-	**(2.524)**	(1.985)
Outras despesas financeiras	**(44)**	(692)	**(8.752)**	(7.341)
Total de despesas financeiras	**(3.744)**	2.562	**(191.483)**	(139.132)
Total do resultado financeiro	**(3.638)**	3.706	**(164.464)**	(100.245)

(i) Variação das importações vinculadas ao contrato *Offshore* do fornecedor Wartsila Filand referente ao projeto de conversão dos motores para operação em 100% gás natural da investida RAESA.

(ii) Variação devido ao congelamento do financiamento BNB conforme descrito na Nota Explicativa n° 20.

(iii) No exercício de 2019, a Companhia reconheceu estorno de despesas financeiras em virtude dos ajustes de adesão versus consolidação ao Programa de Regularização Tributária junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

29. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia e suas controladas são tributadas pelo regime de Lucro Real e no período de nove meses, findo em 31 de dezembro de 2020, acumulava prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social o montante consolidado de R$951.302 (R$927.165 em 31 de dezembro de 2019).

29. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(57.836)**	(27.972)	**(64.674)**	(22.925)
	34%	34%	**34%**	34%
(Despesa) crédito de imposto de renda e contribuição social esperada	**19.664**	9.510	**21.989**	7.795
Adições (exclusões)				
Equivalência patrimonial	**(17.008)**	(442)	**-**	(8.510)
Despesas indedutíveis	**(77)**	-	**2.515**	(299)
Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido	**-**	(1.378)	**-**	(1.378)
Provisão sem constituição de imposto diferido	**194**	(8.536)	**(23.914)**	(13.029)
Lucro da exploração - Sudam	**-**	-	**4.997**	-
Prejuízo fiscal sem constituição de diferido	**(2.773)**	-	**(5.332)**	3.332
Prejuízo fiscal compensado no PRT - PERT	**-**	690	**-**	(727)
Outros	**-**	-	**259**	3.492
(Despesa) crédito de imposto de renda e contribuição efetiva	**-**	(156)	**514**	(9.324)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	**-**	(846)	**(8.170)**	(8.597)
Diferido	**-**	690	**3.687**	(727)
Incentivos fiscais (i)	**-**	-	**4.997**	-
	-	(156)	**514**	(9.324)
Alíquota efetiva	**0%**	1%	**-1%**	-41%

(i) Incentivo fiscal SUDAM, deferido no período pela Companhia através do Laudo Constitutivo n° 97/2020. Este incentivo possibilita a redução de carga tributária as pessoas jurídicas que mantêm empreendimentos em operação na Amazônia.

30. Seguros

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela Diretoria como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil e de administração inerente a suas atividades.

Os valores segurados são contratados visando a proteção relacionadas a possíveis perdas e danos a terceiros e ao patrimônio e referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro.

30. Seguros--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante global segurado, para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade está assim distribuído:

		Controladora	
Cobertura	**Vigência:**	**Importância segurada**	**Prêmio equivalente**
Responsabilidade administração	02/06/2021	**60.000**	**287**
Outros	19/06/2021	**2.615**	**1**
		62.615	**288**

		Consolidado	
Cobertura	**Vigência**	**Importância segurada**	**Prêmio equivalente**
Risco operacional	13/07/2021	**746.950**	**4.674**
Responsabilidade administração	01/08/2021	**80.000**	**297**
Responsabilidade cível	01/08/2021	**20.000**	**7**
Outros	25/06/2021	**56.566**	**176**
		903.516	**5.154**

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros ao qual foi determinado pela Companhia, que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Diretoria da Companhia.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Valor justo versus valor contábil

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

		Controladora			
		31/12/2020		31/12/2019	
	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	Valor justo	**1.355**	**1.355**	842	842
Mútuo com partes relacionadas (Nota 10.2)	Custo amortizado	**467.720**	**467.720**	468.680	468.680
Passivos financeiros					
Fornecedores (Nota 18)	Custo amortizado	**98**	**98**	691	691
Passivos de arrendamentos (Nota 11)	Custo amortizado	**572**	**572**	2.952	2.952
Mútuo com partes relacionadas (Nota 10.2)	Custo amortizado	**11.400**	**11.400**	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	Custo amortizado	**12.531**	**12.531**	9.194	9.194

		Consolidado			
		31/12/2020		31/12/2019	
	Mensuração	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
(Ativo circulante e não circulante)					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	Valor justo	**121.401**	**121.401**	102.202	102.202
Contas a receber (Nota 7)	Valor justo	**57.156**	**57.156**	77.365	77.365
Mútuo com partes relacionadas (Nota 10.2)	Custo amortizado	**449.279**	**449.279**	449.279	449.279
(Passivo circulante e não circulante)					
Fornecedores (Nota 18)	Custo amortizado	**227.038**	**227.038**	229.722	229.722
Passivos de arrendamentos (Nota 11)	Custo amortizado	**572**	**572**	2.952	2.952
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	Custo amortizado	**1.370.117**	**1.370.117**	1.304.266	1.304.266

Para todas as operações apresentadas na tabela acima, exceto financiamentos e debêntures, a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que, para essas operações, o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Hierarquia de valor justo--Continuação

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

		Controladora			
		31/12/2020		31/12/2019	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**Nível 1**	**1.355**	**1.355**	842	842
Mútuo com partes relacionadas (Nota 10.2)	**Nível 2**	**467.720**	**467.720**	468.680	468.680

		Consolidado			
		31/12/2020		31/12/2019	
	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo circulante e não circulante					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**Nível 1**	**121.401**	**121.401**	102.202	102.202
Contas a receber (Nota 7)	**Nível 1**	**57.156**	**57.156**	77.365	77.365
Mútuo com partes relacionadas (Nota 10.2)	**Nível 2**	**449.279**	**449.279**	449.279	449.279

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

- Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação.
- Empréstimos e financiamentos: estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro ao custo amortizado.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros--Continuação

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

Administração financeira de risco

A Diretoria da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito;
- Riscos de mercado.

a) *Risco de liquidez*

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos. A Companhia considera como metodologia que, 80% dos recursos devem possuir liquidez diária e 20% pode ter carência de até 180 dias, sempre respeitando a aderência do seu fluxo de caixa.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as informações contábeis individuais e consolidadas, e os juros a vencer até o final do contrato.

	Controladora						
31 de dezembro de 2020	**Valor contábil**	**Fluxo contratado**	**Até 12 meses**	**2 anos**	**3 anos**	**4 - 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Fornecedores (Nota 18)	**98**	**98**	**98**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivos de arrendamentos (Nota 11)	**572**	**572**	**448**	**124**	**-**	**-**	**-**
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	**12.531**	**12.531**	**12.531**	**-**	**-**	**-**	**-**

	Consolidado						
31 de dezembro de 2020	**Valor contábil**	**Fluxo contratado**	**Até 12 meses**	**2 anos**	**3 anos**	**4 - 5 anos**	**Mais de 5 anos**
Fornecedores (Nota 18)	**227.038**	**227.038**	**227.038**	**-**	**-**	**-**	**-**
Passivos de arrendamentos (Nota 11)	**17.861**	**17.861**	**1.345**	**1.214**	**1.090**	**2.182**	**12.030**
Empréstimos e financiamentos (Nota 20)	**1.370.117**	**1.370.117**	**749.452**	**130.825**	**72.080**	**153.250**	**264.510**

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros--Continuação

b) *Risco de crédito*

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia realiza operações somente em instituições financeiras avaliadas com *rating* A ou superior. Os recursos são aplicados em renda fixa e evita a concentração em mais de 50% do valor total de caixa disponível em uma única instituição financeira.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**1.355**	842	**121.401**	102.202
Contas a receber (Nota 7)	**-**	-	**57.156**	77.365
Mútuo com partes relacionadas (Nota 10.2)	**467.720**	468.680	**449.279**	449.279

c) *Risco de mercado*

Risco de taxa de juros

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adota diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	**31/12/2019**	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	**1.355**	842	**121.401**	102.202
Contas a receber (Nota 7)	**-**	-	**57.156**	77.365
Operações com partes relacionadas (Nota 10.2)	**467.720**	468.680	**449.279**	449.279
Passivos				
Fornecedores (Nota 18)	**98**	691	**227.038**	229.722
Operações com partes relacionadas (Nota 10.2)	**11.400**	-	**-**	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	**12.531**	9.194	**1.370.117**	1.304.266

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2020

A Diretoria da Companhia considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um "cenário provável" se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do IGP-M em 31 de dezembro de 2020. O cenário I considera uma diminuição/aumento de 25% e o cenário II considera uma diminuição/aumento de 50%, da taxa provável apuradas nas respectivas datas de análise.

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2020--Continuação

Nos termos do item 14 do CPC 012 dada a ausência de uma estimativa confiável para a apuração do prêmio de risco adequado para os empréstimos e financiamentos, dada ausência de negociação no mercado secundário dos passivos, e impactos decorrentes do adimplemento, ou não, do Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. por suas contrapartes, adotamos como taxa de desconto a taxa livre de risco (SELIC) para o cálculo do valor presente dos endividamentos para fins de apuração do valor justo.

		Controladora				
Instrumentos financeiros passivos	**31/12/2020**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário Provável**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
Variação do índice		**15,88%**	**23,82%**	**31,77%**	**39,71%**	**47,65%**
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	**12.531**					
Exposição		**1.990**	**2.985**	**3.981**	**4.976**	**5.971**

		Controladora				
Instrumentos financeiros passivos	**31/12/2019**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário Provável**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
Variação do índice		7,93%	11,90%	15,86%	19,83%	23,79%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	9.194					
Exposição		729	1.094	1.458	1.823	2.187

		Consolidado				
Instrumentos financeiros passivos	**31/12/2020**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário Provável**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
Variação do índice		**15,88%**	**23,82%**	**31,77%**	**39,71%**	**47,65%**
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	**1.370.117**					
Exposição		**217.575**	**326.362**	**435.286**	**544.073**	**652.861**

		Consolidado				
Instrumentos financeiros passivos	**31/12/2019**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário Provável**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
Variação do índice		7,93%	11,90%	15,86%	19,83%	23,79%
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 20)	1.304.266					
Exposição		103.428	155.208	206.857	258.636	310.285

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa variável em 31 de dezembro de 2020--Continuação

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e a avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de IGP-M divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando o IGP-M do período acrescido do *spread* dos juros dos títulos.

A Companhia entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com o uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Principais ativos e passivos financeiros

Os principais ativos e passivos financeiros utilizados pela Companhia, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Aplicações financeiras;
- Clientes;
- Empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Debêntures; e
- Fornecedores.

32. Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

Os passivos decorrentes das atividades de financiamentos são passivos para os quais os fluxos de caixa foram ou serão classificados na demonstração dos fluxos de caixa como fluxos de caixa das atividades de financiamento. A seguir apresentamos as movimentações de passivos decorrente de atividade de financiamento:

	Controladora			**Consolidado**				
	Partes relacionadas			**Empréstimos e financiamentos**			**Partes relacionadas**	
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2019	468.680	-	468.680	(859.244)	(435.828)	(1.295.072)	449.279	449.279
Pagamento de principal	**-**	**-**	**-**	**57.035**	**-**	**57.035**	**-**	**-**
Pagamento de juros	**-**	**-**	**-**	**47.892**	**-**	**47.892**	**-**	**-**
Empréstimos captados	**-**	**(8.300)**	**(8.300)**	**-**	**-**	**-**		
Encargos sobre operações de mútuo	**-**	**(50)**	**(50)**	**(1.927)**	**-**	**(1.927)**	**-**	**-**
Juros passivos sobre operações de mútuo	**-**	**(121)**	**(121)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Juros passivos sobre empréstimos	**-**	**-**	**-**	**(58.368)**	**(29.078)**	**(87.446)**	**-**	**-**
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	**(13.496)**	**-**	**(13.496)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Partes relacionadas	**12.536**	**(2.929)**	**9.607**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Multas de empréstimos	**-**	**-**	**-**	**(2)**	**-**	**(2)**	**-**	**-**
Variação cambial	**-**	**-**	**-**	**(78.066)**	**-**	**(78.066)**		
Reclassificação entre curto e longo	**-**	**-**	**-**	**155.759**	**(155.759)**	**-**	**-**	**-**
Em 31 de dezembro de 2020	**467.720**	**(11.400)**	**456.320**	**(736.921)**	**(620.665)**	**(1.357.586)**	**449.279**	**449.279**

33. Informações por segmento de negócios

As receitas e o lucro (prejuízo) gerados por cada um dos segmentos operacionais e os principais ativos e passivos da Companhia são resumidos da seguinte forma:

33.1. Demonstração de resultado

	31/12/2020				
	Fontes Eólicas	**Fontes térmicas**	**Outorgas revogadas**	**Corporativo/ *holding*/elim.**	**Consolidado**
Receita operacional líquida	**149.421**	**98.482**	**-**	**-**	**247.903**
Custo das vendas/serviços prestados	**(92.013)**	**(36.646)**	**-**	**-**	**(128.659)**
Lucro bruto	**57.408**	**61.836**	**-**	**-**	**119.244**
Gerais e administrativas	**(5.537)**	**(17.575)**	**(2.270)**	**(6.262)**	**(31.644)**
Outras receitas (despesas) operacionais	**-**	**12.090**	**77**	**23**	**12.190**
Total resultado operacional	**51.871**	**56.351**	**(2.193)**	**(6.239)**	**99.790**
Despesas financeiras	**(89.945)**	**(93.998)**	**(3.919)**	**(3.621)**	**(191.483)**
Receitas financeiras	**6.904**	**20.008**	**1**	**106**	**27.019**
Resultado antes do IR/CSLL	**(31.170)**	**(17.639)**	**(6.111)**	**(9.754)**	**(64.674)**
IRPJ e CSLL	**3.654**	**(3.140)**	**-**	**-**	**514**
Prejuízo do exercício	**(27.516)**	**(20.779)**	**(6.111)**	**(9.754)**	**(64.160)**

	31/12/2019				
	Fontes eólicas	**Fontes térmicas**	**Outorgas revogadas**	**Corporativo/ Holding/Elim.**	**Consolidado**
Receita operacional líquida	142.630	91.142	-	-	233.772
Custo das vendas/ serviços prestados	(92.519)	(46.504)	-	-	(139.023)
Lucro bruto	50.111	44.638	-	-	94.749
Gerais e administrativas	(7.167)	(6.937)	6.672	(33.385)	(40.817)
Outras receitas (despesas) operacionais	536	16.666	5.433	(43)	22.592
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	796	796
Total resultado operacional	43.480	54.367	12.105	(32.632)	77.320
Despesas financeiras	(92.314)	(42.231)	(7.053)	2.466	(139.132)
Receitas financeiras	16.926	20.705	16	1.240	38.887
Resultado antes do IR/CSLL	(31.908)	32.841	5.068	(28.926)	(22.925)
IRPJ e CSLL	6.590	(9.108)	(6.650)	(156)	(9.324)
Lucro (prejuízo) do exercício	(25.318)	23.733	(1.582)	(29.082)	(32.249)

33. Informações por segmento de negócios--Continuação

33.2. Principais ativos e passivos

	31/12/2020				
	Fontes eólicas	**Fontes térmicas**	**Outorgas revogadas**	**Corporativo/ *holding*/elim.**	**Consolidado/ Eliminações**
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	**63.209**	**56.554**	**283**	**1.355**	**121.401**
Contas a receber	**18.431**	**38.725**	**-**	**-**	**57.156**
Tributos a recuperar	**24.188**	**98.233**	**923**	**984**	**124.328**
Arrendamento mercantil	**-**	**130.526**	**-**	**-**	**130.526**
Imobilizado	**736.450**	**75.876**	**23.206**	**490**	**836.022**
Partes relacionadas	**-**	**-**	**-**	**449.279**	**449.279**
Demais ativos	**127.421**	**53.384**	**122**	**938**	**181.865**
Total dos ativos	**969.699**	**453.298**	**24.534**	**453.046**	**1.900.577**
Passivo					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**641.581**	**716.005**	**-**	**12.531**	**1.370.117**
Fornecedores	**596**	**221.100**	**5.244**	**98**	**227.038**
Obrigações tributárias	**5.271**	**4.765**	**648**	**485**	**11.169**
Outras obrigações	**340.184**	**116.072**	**49.727**	**14.740**	**520.723**
Demais passivos	**(17.933)**	**(604.644)**	**(31.085)**	**425.192**	**(228.470)**
Total dos passivos	**969.699**	**453.298**	**24.534**	**453.046**	**1.900.577**

	31/12/2019				
	Fontes eólicas	**Fontes térmicas**	**Outorgas revogadas**	**Corporativo/ *holding*/elim.**	**Consolidado/ Eliminações**
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	9.063	92.289	8	842	102.202
Contas a receber	27.735	49.630	-	-	77.365
Tributos a recuperar	47.608	84.871	922	1.310	134.711
Arrendamento mercantil	-	147.857	-	-	147.857
Imobilizado	659.040	22.296	22.799	369	704.504
Partes relacionadas	-	-	-	449.279	449.279
Demais ativos	232.944	35.214	453	8.789	277.400
Total dos ativos	976.390	432.157	24.182	460.589	1.893.318
Passivo					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	629.712	665.360	-	9.194	1.304.266
Fornecedores	1.941	221.797	5.293	691	229.722
Obrigações tributárias	6.931	5.510	649	528	13.618
Outras obrigações	328.422	121.320	43.813	16.398	509.953
Demais passivos	9.384	(581.830)	(25.573)	433.778	(164.241)
Total dos passivos	976.390	432.157	24.182	460.589	1.893.318

34. Eventos subsequentes

Standstill Postalis e Prece

Tendo em vista que o prazo dos aditivos firmados com Prece e Postalis expiraram, conforme descrito na Nota Explicativa n° 20, em 28 de fevereiro de 2021 e 12 de março de 2021, respectivamente, e que as partes vêm empenhando seus melhores esforços para chegarem a um acordo definitivo, as mesmas estabeleceram, em comum acordo em 26 de fevereiro Prece e 11 de março de 2021 Postalis, prorrogar o prazo de vigência, a contar do prazo de vigência anterior, por mais 4 meses adicionais.

Term Sheet Eólica

A Administração segue em tratativas a fim de obter uma solução para as divergências que possuem em relação aos mútuos em aberto, e assinou extensão de prazo da Term Sheet assinado entre as partes, que permanecerá válido até o final de março de 2021.

Diretoria

Ronan Nogueira Dias - Diretor Presidente
Emiliano F. Stipanicic Spyer - Diretor de Relações com Investidores
André Tavares Paradizi - Diretor Financeiro

Conselho de Administração

Edesio Alves Nunes Filho - Titular / Presidente
Rodrigo de Carvalho Pinto Bueno - Titular / Vice - Presidente
Chiara Sonego Bolognesi Gargano - Titular
Eduardo Moniz de Carvalho e Miranda - Titular
Carlos Eduardo Lessa Brandão - Titular
Carlos Alberto Ercolin - Suplente

Conselho Fiscal

Luiz Felipe Dutra de Sousa - Titular / Presidente
Claudia Almeida Santos - Titular
Fábio Antônio Pereira - Titular
Eduardo Georges Chehab - Titular
João Verner Juenemann - Titular
Paulo Euclides Bonzanini - Suplente

Monica Moraes Felix
Contadora
CRC 1SP-243645/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Multiner S.A., abaixo assinados, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, conforme previsto nos incisos II e VII, do artigo 163, da Lei 6.404/76, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas, das contas e do Relatório Anual da Administração, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, e levando em consideração os esclarecimentos prestados pela Administração e o relatório dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S., opinam que os documentos acima mencionados estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, considerando que os conselheiros fiscais Eduardo Georges Chehab, Luiz Felipe Dutra de Sousa e João Verner Juenemann entenderam que as premissas adotadas para o cálculo da Provisão para Perda ao Valor Recuperável de R$ 25 milhões e sua respectiva Nota Explicativa 10.2, nas Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 e mantida para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, dependem do Processo de Arbitragem, cuja conclusão não é previsível no momento.

São Paulo, 25 de março de 2021

Membros do Conselho Fiscal:

_____

Claudia Almeida Santos
Membro do Conselho Fiscal

_____

Fábio Antônio Pereira
Membro do Conselho Fiscal

_____

Eduardo Georges Chehab
Membro do Conselho Fiscal

_____

João Verner Juenemann
Membro do Conselho Fiscal

_____

Luiz Felipe Dutra de Sousa
Membro do Conselho Fiscal